



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

Mensagem nº 001/2024

Cotiporã, 28 de agosto de 2024.

Excelentíssimos Senhores
Presidente e demais Vereadores
À Câmara Municipal de Cotiporã

Para a devida apreciação de Vossas Excelências, estamos encaminhando o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, contendo as diretrizes que deverão nortear a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), Programas e Ações do próximo ano.

O presente documento, além de seguir, rigorosamente, os dispositivos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Cotiporã, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei Federal nº 4.320/64, contém as metas e prioridades de nossa Administração para o exercício de 2025. Tais metas e prioridades são as constantes do Plano Plurianual (PPA 2022 – 2025) e visam o atendimento das necessidades da população de nosso Município.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, por seu turno, detalha os instrumentos que devem ser adotados na LDO para a condução da política fiscal do governo, incluindo o estabelecimento de metas fiscais para cada exercício financeiro. Nesse sentido, deverão ser definidos pela LDO os critérios para a limitação de empenho das dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), a serem aplicados aos Poderes, explicitada a margem de expansão das despesas primárias obrigatórias de natureza continuada.

Os parâmetros abaixo foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa. Os percentuais referentes ao IPCA, Variação do PIB, Taxa Selic e Taxa de Câmbio foram extraídos do "Relatório Focus" divulgado pelo Banco Central do Brasil (<https://www.bcb.gov.br/publicações/focus>).

Indicador	2025	2026	2027
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	3,96%	3,60%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	1,94%	2,00%	2,00%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	2,90%	-1,40%	0,83%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	6,02%	5,82%	6,48%
ESFORÇO NA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA	3,05%	3,68%	3,24%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	5,28%	3,51%	6,27%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	-5,98%	1,29%	1,77%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	0,50%	0,50%	0,50%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	0,50%	0,50%	0,50%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	6,27%	4,14%	3,85%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	9,50%	9,00%	9,00%
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	5,25	5,25	5,23

Com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo:

RUA SILVEIRA MARTINS, 163 – FONE (54)3446 2800 – CNPJ: 90.898.487/0001-64
www.cotipora.rs.gov.br - CEP: 95.335-000 – COTIPORÃ/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea “a” do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - Criação de cargo, emprego ou função;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Conforme o Item 02.00.02.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, as METAS FISCAIS representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

1 – As receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;

2 – As despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

3 – O resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município, ressaltando-se que, para fins de equilíbrio formal entre os valores previstos, e de acordo com as instruções do Item 03.06.05.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, os valores projetados da Reserva de Contingência estão sendo somados às despesas primárias.

4 – O resultado nominal que, para fins do Anexo e avaliação das metas fiscais deve ser calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comparação entre os juros ativos e passivos, representado a variação do estoque da dívida;

5 – A dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

6 – A dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas: em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2021, 2022 e 2023) e os valores reestimados para o exercício atual (2024), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Quanto aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As Tabelas 03 e 04 demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,94%, 2,00% e 2,00% e das taxas de inflação (IPCA), de 3,96%, 3,60% e 3,50%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 23/07/2024.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 1.467/2022. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2025. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada na Tabela 06.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetro de correção a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 9,50%, 9,00% e 9,00%, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 23/07/2024.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração o provável saldo existente em 31/12/2024, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:

9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2025, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 40.831.622,23, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 1.197.320,19), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 0,00), das Alienações de Investimentos (R\$ 0,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 0,00), resultam numa Receita Primária de R\$ 39.276.281,48.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 37.289.300,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 250.000,00 mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00 a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 500.000,00, e, ainda, as despesas intraorçamentárias, tem-se que as despesas primárias para 2025 foram previstas em R\$ 36.539.300,00. A tabela 02 evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.

9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2025 que foi inicialmente prevista em R\$ 3.095.002,04 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 05.

Comparando entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2023), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

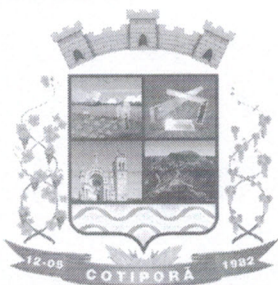
Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2023 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, ficou em R\$ 2.044.612,88 valor 116,48% superior à meta estabelecida para o ano, que era de R\$ -2.381.598,77. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 35.441.454,40, superando em 12,99% a projeção para o período que era de R\$ 31.366.442,16. As despesas não financeiras atingiram R\$ 33.396.841,52, estabelecendo-se -1,04% abaixo da previsão orçamentária.

A dívida consolidada totalizou R\$ 2.798.592,75, valor 18,30% inferior ao saldo de R\$ 3.425.556,70 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo da diminuição dos desembolsos da amortização da dívida que em 2023 totalizou R\$ 627.238,61.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2023, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ -3.163.290,53. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$ 9.339.662,90 que, comparado com o montante apurado ao final do ano anterior (2022,) apresentou um acréscimo de R\$ 2.610.933,73 valor este, que de acordo com os conceitos estabelecidos no Manual dos Demonstrativos Fiscais, representa o Resultado Nominal pelo critério Abaixo da Linha.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município segue as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2021 a 2023, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 50.809.671,11 em 31.12.2021, para R\$ 71.207.068,51 em 31.12.2023. Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2023 com superávit patrimonial.

Os nobres Vereadores encontrarão também, nesta proposta, todas as informações pertinentes à elaboração da Lei Orçamentária Anual, cujo projeto será encaminhado em outubro pelo Executivo a esta egrégia Casa.

As diretrizes fixadas contemplam as políticas públicas de inclusão Social, Infraestrutura e de Gestão, com destaque para as ações nas áreas de Educação, Desporto, Saúde, Assistência, Transporte, Saneamento, Urbanismo, Turismo e Lazer abrangendo ainda as políticas de capacitação e valorização do servidor. Essas diretrizes, obrigatoriamente, também contemplam, a exemplo do exercício corrente, expressivo volume de recursos para fazer frente a dívidas judiciais de precatórios, conforme descrição abaixo, sendo que os mesmos deverão ser atualizados no momento de seu pagamento.

A presente proposta mantém a linha que nosso governo adotou, quando assumiu o compromisso de governar Cotiporã com base no planejamento, na política fiscal justa e o equilíbrio das contas públicas, ou seja, no controle efetivo de gastos, aumento da receita e transparência na utilização dos recursos públicos.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE COTIPORÃ
A Joia da Serra Gaúcha!

Finalmente, cabe reiterar a importância do Projeto de Lei em comento para o regramento necessário à elaboração do Projeto e da Lei Orçamentária de 2025, sua aprovação e execução, e a consolidação de bases fiscais necessárias ao alcance do crescimento sustentável do Município.

Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o referido projeto de Lei, que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências”.

Portanto, este projeto de Lei é o reflexo das necessidades de nossa população.

Atenciosamente,

Lenita Zanolello Tomazi

LENITA ZANOVELLO TOMAZI

Prefeita Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 034/2024, DE 28 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025.

LENITA ZANOVELLO TOMAZI, Prefeita Municipal de Cotiporã em exercício, Estado do Rio Grande do Sul,

Faço Saber, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Capítulo I - Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, no art. 108 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2025, compreendendo:

- I - as metas e as prioridades da administração municipal;
- II - a organização e estrutura do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

I – Anexo I, de metas fiscais, composto dos demonstrativos:

- a) das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
- b) da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2023;
- c) das metas fiscais previstas para 2025, 2026 e 2027, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2022, 2023 e 2024;
- d) da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
- e) da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
- f) da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;
- g) da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC), conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000, cujo resultado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC, ou da existência de espaço fiscal para a criação de novas despesas.

II – Anexo II, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000.

III – Anexo III, de caráter informativo e não normativo, contemplando o detalhamento dos Programas e Ações previstas no Plano Plurianual, com execução prevista para próximo exercício, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

IV – Anexo IV, informando as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, em cumprimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

Capítulo II - Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário consolidado, de R\$ 3.095.002,04, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo I a esta Lei.

§ 1º Para fins da demonstração da compatibilidade referida no caput, a meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata a alínea “a” do inciso I do parágrafo único do art. 1º desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no art. 65, II, da Lei Complementar nº 101/2000, em caso de frustração da arrecadação das receitas que são objeto das transferências previstas nos arts. 158, 159 e 212-A da Constituição Federal, admite-se tolerância de até 1% (um por cento) como limite inferior em relação meta resultado primário.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores da arrecadação acumulada do exercício, em comparação com igual período do ano anterior.

§ 5º para efeitos da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta alcançada será comparada com a meta ajustada ao limite de tolerância previsto no §3º deste artigo.

Art. 3º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2025 relacionadas com a execução de programas e ações orçamentárias estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2022/2025 - Lei nº, de e suas alterações, estão especificadas no Anexo III desta Lei.

§ 1º As metas e prioridades de que trata o *caput*, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, se surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo 1º, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

Capítulo III - Da Organização e Estrutura do Orçamento

Art. 4º Na lei de orçamento, a despesa será discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária e natureza de despesa, detalhada até o nível de elemento.

§ 1º O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2º O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações.

§ 4º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 5º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

§6º Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 5º Independentemente da natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes.

Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que demandem emissão de empenho, serão executadas nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema Integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art 2º da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo único. Integrarão a Proposta Orçamentária e a respectiva Lei Orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação federal:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;

III – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;

IV – quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita por origem (2º nível de detalhamento) e planos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;

VI – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário, observando-se, quando cabível, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, conforme metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 13/2022, do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente;

VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos da Lei Federal nº 9.394/1996, inclusive os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de que trata a Lei Federal nº 14.113/2020;

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012;

X - demonstrativo dos instrumentos de programação a serem financiados com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o próximo exercício, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - memória de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, I, 39 e 30 da Lei Federal nº 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

IV - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do seu estoque nos últimos três anos, a situação provável no final de 2023 e a previsão para o exercício de 2024;

V - relação dos precatórios a serem cumpridos com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VI - relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas pelo Executivo na forma estabelecida pelo art. 12 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com destaque para os valores correspondentes às prioridades.

Art. 9º. Deverão ser discriminadas em ações orçamentárias específicas as dotações destinadas:

I - às ações de alimentação escolar;

II - às ações de transporte escolar;

III - à concessão de subvenções econômicas e subsídios a pessoas físicas e jurídicas com finalidade lucrativa;

IV - à concessão de subvenções sociais, contribuições correntes, contribuições de capital e auxílios a entidades privadas sem fins lucrativos;

V - à transferência de recursos para Consórcios Públicos em decorrência de contrato de rateio;

VI - ao pagamento de sentenças judiciais;

VII - às despesas com publicidade institucional;

VIII - às despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública;

IX - ao pagamento de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social;

X - ao custeio, pelo Município, de despesas de competência de outros entes da Federação, observado o disposto no art. 57 desta Lei.

Art. 10. A Reserva de Contingência para fins de atendimento dos riscos fiscais especificados no Anexo II desta Lei será constituída com recursos não vinculados, e será fixada em, no mínimo, 1 % (em por cento) da receita corrente líquida.

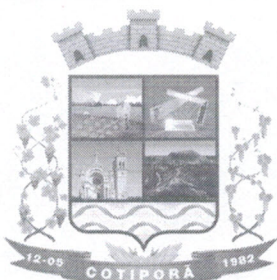
Parágrafo Único. Para fins de utilização dos recursos a que se refere o caput, considera-se como evento fiscal imprevisto, a que se refere a alínea "b" do inciso III do caput do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária.

Capítulo IV - Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações

Seção I - Das Diretrizes Gerais

Art. 11. O Poder Legislativo encaminhará à Secretaria Municipal da fazenda, até 30 de setembro de 2024, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput também se aplica ao respectivo conselho, em relação às deliberações que, por força de norma legal, devem efetuar em relação às propostas de aplicação dos recursos vinculados:

I – ao Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMPDEC

II - ao Fundo Municipal de Saúde - FMS;

III – ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

IV – ao fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

V – ao Fundo Municipal do Meio Ambiente;

VI – ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e

VII – ao Fundo Municipal de Agricultura;

Art. 12. A elaboração, a aprovação e execução do orçamento obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

§ 3º Se por questões de saúde pública devidamente regulamentadas houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2025.

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins da fixação da despesa orçamentária da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 13/2022 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês de setembro, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão destinadas dotações para novos projetos para investimentos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias, de operações de crédito ou de alienação de bens, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando forem exigíveis, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor no exercício financeiro de 2025, em cada evento de contratação, não ultrapasse o limite estabelecido para dispensa de licitação de que trata o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento de admissão, não exceda a 30 vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 16. No caso de aumento de despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que não se enquadrem como de caráter irrelevante nos termos do art. 15 desta Lei, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - se for obrigatória de caráter continuado, atender ao disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que entre em vigor e nos dois exercícios subsequentes, por meio de:

- a) aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição; ou
- b) redução permanente de despesas.

II - se não for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, dispensada a apresentação de medida compensatória.

Parágrafo único. No caso de criação ou aumentos de despesas decorrentes de ações destinadas ao combate de situação de calamidade pública, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 17. O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de deverá ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 1º Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

§ 2º Caberá À Secretaria Municipal de Administração, organizar a formação de Grupos Setoriais de Custos, oportunizando o acesso a treinamentos, reuniões técnicas e outros eventos a serem realizados com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de custos na Administração Pública Municipal.

Seção II - Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 18. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II – das receitas vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais;

III – das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo;

IV – de aportes de recursos do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Seção III – Da programação financeira e limitação de empenhos





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 20. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no §2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, adotarão, no âmbito das respectivas competências, a limitação de empenhos e movimentação financeira observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de saúde e educação;

IV - dotação para materiais de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII – despesas com publicidade institucional;

VIII - horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2024, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 22 desta Lei.

§ 3º o montante da limitação a ser promovida pelos Poderes Executivo e Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais, excluídas as dotações das despesas ressalvadas de limitação de empenho, na forma prevista no § 2º deste artigo.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com base na informação a que se refere o § 3º, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

§ 6º Sem prejuízo das disposições do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação.

Art. 21. Observado o disposto no § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2º do art. 19 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 2º Para fins do disposto no § 2º do art. 168 da Constituição Federal, até o último dia útil do exercício, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3º O eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2026.

Art. 22. As dotações dos projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentadas se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, o ingresso no fluxo de caixa será considerado garantido a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da vinculação, na forma estabelecida pelo parágrafo único do art. 8º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Parágrafo único. Os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2025 poderão ser utilizados, até a sanção da respectiva Lei, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 24. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

§ 1º No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no *caput*, a inscrição ou a manutenção dos restos a pagar processados e não processados subordinam-se às regras definidas na Instrução Normativa nº 13/2022, do Tribunal de Contas ou norma que lhe for superveniente.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

Art. 25. As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 19 desta Lei serão objeto de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.

§ 1º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

§ 2º Se por questões de saúde pública devidamente regulamentadas houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Seção IV - Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais será realizada por fonte de recursos, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Os recursos alocados na Lei Orçamentária para pagamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º Nos casos de abertura de créditos suplementares e especiais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2024, por fonte de recursos;

II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2025;

III - valores do superávit já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;

IV - saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 6º Os créditos adicionais serão abertos conforme detalhamento constante no art. 4º desta Lei.

Art. 27. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados pela Lei Orçamentária Anual, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 28. Quanto necessária, a reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais, mantida a estrutura programática, conforme as definições do art. 4º desta Lei.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, considera-se:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

I – Transposições: deslocamento de dotações orçamentárias entre programas de trabalho alocados dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária;

II – Remanejamentos: deslocamento de dotações orçamentárias de um órgão para outro ou de uma unidade orçamentária para outra, em decorrência de alterações na estrutura administrativa por meio da criação, extinção, cisão ou fusão de unidades administrativas da administração direta ou de órgãos da administração indireta.

III – Transferências: deslocamento de dotações de despesas correntes para despesas de capital, ou vice-versa, dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária e do mesmo programa de governo.

§ 2º As transposições, transferências ou remanejamentos deverão ser destinados a categoria de programação já existente e não poderão resultar em alteração do total da despesa autorizada na Lei Orçamentária, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação por funções e subfunções.

Art. 30. Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica no caso de ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Seção V - Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 31. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2024, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, cumprimento de sentenças judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2024, já tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do valor contratado.

Seção VI - Das Disposições Relativas às Emendas ao Projeto de Lei de Orçamento

Art. 32. Toda e qualquer emenda ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, deverá ser compatível com os programas e objetivos da Lei nº 2.871/2021 - Plano Plurianual 2022/2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que resulte na diminuição das programações das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.

§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com as diretrizes orçamentárias estabelecidas por esta Lei:

I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos gastos mínimos constitucionalmente previstos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

III – as emendas que reduzirem o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais e voluntárias da União e/ou do Estado.

IV – as emendas que reduzirem em mais de 30 % o montante destinado para despesas de conservação do patrimônio público e para os projetos arrolados no Anexo IV desta Lei.

§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes.

Seção VII - Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I - Das Subvenções Econômicas

Art. 33. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação 60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa 45 – Subvenções Econômicas.

Art. 34. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica e serão executadas na modalidade de aplicação 90 – Aplicações Diretas e no elemento de despesa 48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas.

Subseção II - Das Subvenções Sociais

Art. 35. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Parágrafo único. As subvenções que se destinarem à cobertura de déficits de funcionamento das entidades mencionadas no *caput* deverão ser autorizadas por lei específica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Subseção III - Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 36. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham (pelo menos) uma das seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

Art. 37. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Subseção IV - Dos Auxílios

Art. 38. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, que dependa da abertura de crédito adicional especial, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

- I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica ou educação especial;
- II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;
- III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;
- IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;
- V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VI - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;

VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e

VIII - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

- a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
- b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§ 1º No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção V - Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 39. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I - execução da despesa na modalidade de aplicação 50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos;

II - estar regularmente constituída, assim considerado:

- a) no mínimo 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III – ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;

IV – inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição

V – não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI – formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria municipal de Administração verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 40. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 41. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único. Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I – nome e CNPJ da entidade;

II – nome, função e CPF dos dirigentes;

III – área de atuação;

IV – endereço da sede;

V – data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;

VI – valores transferidos e respectivas datas.

Art. 42. As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 43. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Quando formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Art. 44. Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2017.

Seção VIII - Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 45. Observado o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 6% ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;

IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;

II - integrem as cadeias produtivas locais;

III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

§ 2º Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o *caput* deste artigo.

§ 3º As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

Capítulo V - Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 46. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 47. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Capítulo VI - Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 48. No exercício de 2025, a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 6º dessa Lei, deverão obedecer às disposições deste capítulo e, no que couber, a Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Todas as unidades gestoras deverão ter como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de setembro de 2024, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro no próximo exercício, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

Art. 49. Para fins dos limites previstos no art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverá observar, no que couber e conforme as peculiaridades de cada caso, as diretrizes traçadas pela normatização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. No caso dos contratos, parcerias, convênios e demais ajustes celebrados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 6º desta Lei, que eventualmente se refiram à substituição de servidores, para que estas despesas, quando for o caso, possam ser contabilizadas como “Outras Despesas de Pessoal”, nos moldes previstos pelo §1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, os valores respectivos, incluídos os encargos, relacionados diretamente com o objeto do ajuste, devem contar com individualização nos instrumentos e/ou nas planilhas de custo que os integram, bem como, sempre que possível, nos documentos fiscais relacionados.

Art. 50. Em cumprimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 51. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16, 17 e 21 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV - prover cargos em comissão e funções de confiança.

§ 1º Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:

I - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

II - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2º No caso dos incisos I, II, III e IV do Caput, as exposições de motivos dos projetos de lei ou, quando for o caso, os procedimentos administrativos correspondentes, deverão demonstrar, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se, no mínimo por grupo de natureza de despesa, os valores a serem acrescidos nas despesas com pessoal e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesa de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e as categorias de programação da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 3º As estimativas de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas para o aumento dos gastos com pessoal, terão validade de 6 (seis) meses contados da data da sua elaboração, devendo tais documentos ser reelaborados na hipótese de não ser praticado, dentro deste prazo, o ato que resulte aumento da despesa com pessoal,

§ 4º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 5º Os atos que provoquem aumento da despesa de que tratam os incisos I, II, III e IV do Caput serão considerados nulos de pleno direito, caso praticados sem o atendimento das disposições dos incisos I e II do § 2º deste artigo.

§ 6º As disposições deste capítulo aplicam-se no que couber às proposições legislativas relacionadas com o aumento de gastos com pessoal, inclusive de cunho indenizatório, que não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

§ 7º As disposições do § 2º não se aplicam aos atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório bem como as despesas irrelevantes, até o valor estabelecido no art. 15, § 2º desta lei.

Art. 52. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I – as situações de emergência ou de calamidade pública;

II – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Capítulo VII - Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 53. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2025, especialmente sobre:

a) atualização da planta genérica de valores do Município;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
- g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
- h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
- i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 54. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 58, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 55. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, e conceder descontos pela antecipação do pagamento, devendo esses eventos ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de qualquer desoneração que importe renúncia fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerada na estimativa da receita, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º Não se sujeitam às regras do § 1º:

I - a homologação de pedidos concessão de incentivos ou benefícios apresentados com base na legislação municipal preexistente;

II - a concessão de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 1 (um) % da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2025.

III - os incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária concedidos de acordo com as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 56. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do § 3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

Capítulo VIII - Das Disposições Gerais

Art. 57. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 58. Por meio da Secretaria Municipal de Secretaria Municipal da Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 59. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e o art. 118 da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 60 Fica facultado ao Poder Executivo publicar no órgão oficial de imprensa, de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual bem como as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais.

Art. 61. Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, ações, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 62. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cotiporã, aos vinte e oito dias do mês de agosto de 2024.

Lenita Zanolello Tomazi

LENITA ZANOVELLO TOMAZI
Prefeita Municipal de Cotiporã em exercício

Município de : COTIPORÃ/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2025

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	10,06%	5,78%	4,10%	3,96%	3,60%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	4,60%	2,90%	2,19%	1,94%	2,00%	2,00%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	15,81%	-8,10%	1,00%	2,90%	-1,40%	0,83%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIÇOS	6,64%	3,84%	7,59%	6,02%	5,82%	6,48%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	1,15%	5,00%	3,00%	3,05%	3,68%	3,24%
CRESC. REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	10,59%	-4,74%	10,00%	5,28%	3,51%	6,27%
CRESC. REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	-27,78%	-0,16%	10,00%	-5,98%	1,29%	1,77%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL (acima do IPCA)- EXECUTIVO	0,00%	0,00%	0,00%	0,50%	0,50%	0,50%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL -(acima do IPCA) LEGISLATIVO	0,00%	0,00%	0,00%	0,50%	0,50%	0,50%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	12,66%	5,00%	1,15%	6,27%	4,14%	3,85%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	9,15%	13,65%	10,50%	9,50%	9,00%	9,00%
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	5,39	5,16	5,30	5,25	5,25	5,23

1 - Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.
2 - Os percentuais referentes ao IPCA, Variação do PIB, Taxa Selic e Taxa de Câmbio foram extraídos do "Relatório Focus" divulgado pelo Banco Central do Brasil (<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>)

Código a partir de	CONTAS	ARRECADADA	ARRECADADA	ARRECADADA	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	Valores em R\$ 1,00
2023	CONSOLIDADAS ANUAIS	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
1.0.0.00.0.0	Receitas Correntes	30.942.896,55	34.171.535,57	36.523.741,88	47.028.350,00	43.288.119,00	46.025.014,06	49.656.328,32
1.1.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.296.967,37	2.660.168,85	3.225.027,78	2.940.800,00	3.512.122,59	3.773.232,51	4.032.013,63
1.1.1.010.0.0	IRRF s/rend Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas	214.517,74	334.302,84	356.152,68	370.000,00	421.887,93	453.175,93	484.256,28
1.1.1.010.0.0	IRRF s/rend Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo	698,95	1.168,91	1.038,66	2.000,00	1.657,82	1.780,77	1.902,90
1.1.1.00.0.0	Taxas	1.437.182,30	1.822.557,00	2.372.487,42	2.181.000,00	2.575.879,07	2.766.571,45	2.958.914,99
1.1.2.0.00.0.0	Demais Impostos	266.769,33	283.319,50	346.033,87	332.750,00	382.389,33	410.748,05	438.978,54
1.1.3.1.00.0.0	Contribuição de Melhoria	377.799,05	118.820,52	190.315,15	55.090,00	130.998,24	140.713,31	150.363,91
1.2.0.00.0.0	Contribuições	351.760,09	395.349,02	415.526,80	445.000,00	494.697,44	522.756,68	551.874,23
1.2.1.00.0.0	Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.6.03.0.0	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.00.0.0	Outras Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.5.99.0.0	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	-	-	-	-	-	-	-
1.2.2.1.00.0.0	Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
1.2.4.1.50.0.0	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	351.760,09	395.349,02	415.526,80	445.000,00	494.697,44	522.756,68	551.874,23
1.3.0.00.0.0	Receta Patrimonial	410.943,46	1.041.181,60	1.102.651,97	1.461.800,00	1.246.099,59	1.315.767,65	1.388.009,83
1.3.1.00.0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	16.505,66	38.689,68	50.034,84	37.260,00	48.779,41	50.535,46	52.304,21
1.3.2.00.0.0	Valores Mobiliários	261.937,80	1.002.491,13	1.052.917,13	975.000,00	1.197.320,19	1.265.232,19	1.335.705,62
1.3.2.1.01.0.0	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	131.095,84	589.627,90	539.313,18	525.000,00	655.289,49	692.457,49	731.027,38
1.3.2.1.01.0.0	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	-	412.864,02	513.603,95	450.000,00	542.030,71	572.774,70	604.678,25
1.3.2.1.05.0.0	Juros de Títulos de Renda	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.9.99.0.0	Outros Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3.0.00.0.0	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-
1.3.6.1.00.0.0	Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
1.3.9.0.00.0.0	Demais Receitas Patrimoniais	132.500,00	-	-	449.560,00	-	-	-
1.4.1.01.0.0	Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
1.5.1.1.01.0.0	Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.00.0.0	Receta de Serviços	384.828,72	416.725,81	440.531,05	350.000,00	478.485,11	505.624,78	533.788,08
1.6.4.1.01.0.0	Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem s/Repassse para Programas de Desenv. Econômico	-	-	-	-	-	-	-
1.6.9.99.0.0	Demais Serviços	384.828,72	416.725,81	440.531,05	350.000,00	478.485,11	505.624,78	533.788,08
1.7.0.00.0.0	Transferências Correntes	27.389.904,77	29.443.830,22	31.248.160,38	41.625.500,00	37.319.139,95	39.662.126,84	42.898.544,26
1.7.1.00.0.0	Transferências da União e de suas Entidades	13.235.819,74	16.577.800,40	17.230.603,48	27.953.000,00	22.308.466,65	23.833.415,79	26.046.672,05
1.7.1.51.1.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	10.319.993,65	12.848.517,28	13.227.409,97	16.950.000,00	17.432.836,17	18.694.956,56	20.561.566,15
1.7.1.51.2.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	851.909,52	1.187.875,64	1.309.530,73	1.600.000,00	1.659.016,20	1.779.127,36	1.956.765,63
1.7.1.52.0.0	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	19.841,93	22.533,75	23.383,65	25.000,00	28.844,99	30.933,34	34.021,90
1.7.2.00.0.0	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	450.712,88	616.761,08	584.491,23	535.000,00	710.720,92	762.176,42	838.276,48
1.7.1.3.00.0.0	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	1.200.482,83	1.163.475,85	1.097.356,64	1.735.000,00	1.533.265,36	1.588.462,92	1.644.059,12
1.7.1.6.50.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	89.987,81	219.733,68	176.388,49	170.500,00	221.102,43	229.082,12	237.079,29
1.7.1.4.00.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	-	-	-	-	-	-	-
1.7.1.7.00.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	229.078,52	269.943,90	369.465,81	437.500,00	412.180,58	427.019,08	441.954,75
1.7.1.9.00.0.0	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
1.7.1.9.00.0.0	Outras Transferências da União	73.812,60	248.959,22	387.150,56	6.500.000,00	310.500,00	321.678,00	332.936,73
1.7.2.0.00.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	11.526.332,28	10.014.573,11	10.868.142,94	10.312.500,00	11.208.980,18	11.752.134,68	12.266.923,49
1.7.2.1.50.0.0	Cota-Parte do ICMS	9.780.385,26	8.703.470,64	8.798.745,47	8.750.000,00	9.561.434,66	10.033.290,58	10.568.298,62
1.7.2.1.51.0.0	Cota-Parte do IPVA	801.089,67	853.989,59	913.205,68	945.000,00	985.385,38	1.034.014,06	1.089.151,19
1.7.2.1.52.0.0	Cota-Parte do IPI - Municípios	106.534,34	86.850,59	86.489,61	99.000,00	98.904,79	103.785,73	109.319,94
1.7.2.1.53.0.0	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	4.375,80	6.759,45	1.382,80	10.000,00	6.557,05	6.880,64	7.247,54
1.7.2.1.98.0.0	Outras Participações na Receta dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.3.50.0.0	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	795.773,88	302.722,14	474.790,16	415.000,00	458.021,05	474.509,81	491.117,65
1.7.2.4.00.0.0	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	38.173,33	60.746,51	33.113,85	25.000,00	47.166,84	48.864,85	50.575,12
1.7.2.9.99.0.0	Outras Transferências dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.3.0.00.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	34,19	87.217,77	68.500,00	51.510,40	-	51.212,44



Descrição	PAGA	PAGA	PAGA	PAGA(Estim)	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DESPESAS CORRENTES	19.086.429,36	23.523.001,14	24.819.584,82	27.191.175,00	30.494.997,62	32.563.467,04	35.203.443,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.174.618,59	10.289.183,69	10.050.177,70	10.510.000,00	12.355.848,41	12.684.498,42	13.304.095,81
Pessoal - Executivo / Indiretas	7.837.985,89	9.929.554,12	9.699.897,46	10.150.000,00	11.927.118,36	12.244.364,69	12.842.462,94
Pessoal - Legislativo	336.632,70	359.629,57	350.280,24	360.000,00	428.730,05	440.133,73	461.632,86
Pessoal - Restos a Pagar Pagos					-	-	-
Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTARIAS					-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	318.371,13	384.196,68	310.737,87	216.175,00	250.000,00	272.500,00	297.025,00
Juros e Encargos da Dívida - Executivo / Indiretas	318.371,13	384.196,68	310.737,87	216.175,00	250.000,00	272.500,00	297.025,00
Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar Pagos					-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.593.439,64	12.849.620,77	14.458.669,25	16.465.000,00	17.889.149,21	19.606.468,62	21.602.322,36
Outras Despesas Correntes - Executivo	10.575.301,04	12.830.257,61	14.419.588,71	16.400.000,00	17.819.149,21	19.534.468,62	21.527.322,36
Outras Despesas Correntes - Legislativo	18.138,60	19.363,16	39.080,54	65.000,00	70.000,00	72.000,00	75.000,00
Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos					-	-	-
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	6.173.627,77	7.727.343,83	6.691.213,53	6.693.500,00	6.794.302,38	7.308.765,54	7.835.262,44
DESPESAS DE CAPITAL	6.173.627,77	7.727.343,83	6.691.213,53	6.693.500,00	6.794.302,38	7.308.765,54	7.835.262,44
INVESTIMENTOS	5.583.280,84	7.108.382,62	6.063.974,92	6.515.000,00	6.294.302,38	6.790.765,54	7.299.132,44
Investimentos - Executivo / Indiretas	5.583.280,84	7.103.437,72	6.031.760,92	6.500.000,00	6.273.282,10	6.768.087,29	7.274.756,45
Investimentos - Legislativo	-	4.944,90	32.214,00	15.000,00	21.020,28	22.678,25	24.375,98
Investimentos - Restos a Pagar Pagos					-	-	-
INVESTIMENTOS - INTRAORÇAMENTARIAS					-	-	-
INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos					-	-	-
Outras Inversões Financeiras - Executivo / Indiretas					-	-	-
Outras Inversões Financeiras - Legislativo					-	-	-
Outras Inversões Financeiras - Restos a Pagar Pagos					-	-	-
INVERSOES FINANCEIRAS - INTRAORÇAMENTARIAS					-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	590.346,93	618.961,21	627.238,61	178.500,00	500.000,00	518.000,00	536.130,00
Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	590.346,93	618.961,21	627.238,61	178.500,00	500.000,00	518.000,00	536.130,00
Amortização da Dívida - Legislativo					-	-	-
Amortização da Dívida - Restos a Pagar Pagos					-	-	-
Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTARIAS					-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS	25.260.057,13	31.250.344,97	31.510.798,35	33.884.675,00	37.289.300,00	39.872.232,59	43.038.705,60

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2025

Valores em R\$ 1,00

Município de : COTIPORÁRS							LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2025	
Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - do RPPS							Valores em R\$ 1.000,00	
Código	Descrição	PAGA	PAGA	PAGA	PAGA(estim)	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-	-
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	-	-	-	-	-	-	-
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
3.1.91.00.00.00.00	Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
3.2.91.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
3.3.91.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
4.0.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
4.0.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.0.00.00.00.00.00	Investimentos - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.4.91.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Restos a a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.91.00.00.00.00	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.91.00.00.00.00	TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS	-	-	-	-	-	-	-

Município de : COTIPORÃ/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2025
Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 18/2021, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO		2025	2026	2027
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias e recursos do RPPS)		43.288.119,00	46.025.014,06	49.656.328,32
II - DEDUÇÕES				
Deduções da Receita Corrente		5.768.521,91	6.131.730,22	6.630.138,02
Outras deduções		-	-	-
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II+III)		37.519.597,09	39.893.283,83	43.026.190,29
(-) Recursos de Emendas Parlamentares Individuais (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3110)		150.000,00	155.400,00	160.839,00
V - Receita Corrente Líquida para Fins de Endividamento		37.369.597,09	39.737.883,83	42.865.351,29
(-) Recursos de Emendas Parlamentares de Bancada (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3120)			-	-
VI - Receita Corrente Líquida p/Despesas com Pessoal		37.369.597,09	39.737.883,83	42.865.351,29

Município de : COTIPORÁ/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2025
Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2024 a 2026

PODER EXECUTIVO				
	2025	2026	2027	
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	20.179.582,43	21.458.457,27	23.147.289,70	
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	19.170.603,31	20.385.534,41	21.989.925,21	
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	18.161.624,19	19.312.611,54	20.832.560,73	

PODER LEGISLATIVO				
	2025	2026	2027	
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	2.242.175,83	2.384.273,03	2.571.921,08	
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	2.130.067,03	2.265.059,38	2.443.325,02	
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	2.017.958,24	2.145.845,73	2.314.728,97	

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

- a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;
- b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:
- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;
 - II - criação de cargo, emprego ou função;
 - III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
 - IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
 - V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.



Município de : COTIPORÁ/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2025
TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.022	2.023	2.024	2.025	2.026	2.027
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.416.912,98	2.798.592,75	5.448.933,41	3.888.146,38	4.045.224,18	4.460.767,99
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	3.416.912,98	2.798.592,75	5.448.933,41	3.888.146,38	4.045.224,18	4.460.767,99
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	10.181.600,66	12.138.255,65	12.700.000,00	11.673.285,44	12.170.513,70	12.181.266,38
Disponibilidade da Caixa Bruta - Excet RPPS	10.181.600,66	12.233.300,03	12.700.000,00	11.704.966,90	12.212.755,64	12.205.907,51
(-) Restos a Pagar Processados - Exceto restos do RPPS	-	-	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros - Exceto RPPS	-	(95.044,38)	-	(31.681,46)	(42.241,95)	(24.641,14)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(6.764.687,68)	(9.339.662,90)	(7.251.066,59)	(7.785.139,06)	(8.125.289,52)	(7.720.498,39)
Previsão de comprometimento da RCL com a Dívida Consolidada Líquida				-20,83%	-20,45%	-18,01%

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida							Valores em R\$
Operações de Crédito / Pagamentos	2.022	2.023	2.024	2.025	2.026	2.027	
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão	
2.1 - Operações de Crédito	188.160,46	-	3.000.000,00	-	-	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	384.196,68	310.737,87	216.175,00	250.000,00	272.500,00	297.025,00	
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	618.961,21	627.238,61	178.500,00	500.000,00	518.000,00	536.130,00	

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

Dívida Pública Consolidada – é o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham sido emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de : COTIPORÃ/R\$
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS
 2025

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total (arrecadação)	40.831.622,23	39.276.281,48			43.346.733,94	40.246.707,18			46.647.097,30	41.846.414,08		
Receitas Primárias (I)	39.634.302,04	42.333.916,03		106,06%	42.073.534,45	39.064.563,04		105,88%	45.303.145,52	40.640.775,01		108,82%
Receitas Primárias Correntes	36.322.276,90	39.148.051,14		97,20%	38.620.084,34	35.858.093,19		97,19%	41.682.238,51	37.392.513,43		105,69%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.409.013,97	3.279.159,26		9,12%	3.665.790,58	3.403.624,38		9,22%	3.920.811,23	3.517.301,18		9,15%
Transferências Correntes	31.697.658,75	30.490.245,05		84,82%	33.682.730,78	31.273.844,17		84,76%	36.424.072,10	32.675.490,91		84,97%
Demais Receitas Primárias Correntes	1.215.604,18	1.169.299,91		3,25%	1.271.562,97	1.180.624,65		3,20%	1.337.355,17	1.199.721,34		3,12%
Receitas Primárias de Capital	3.312.025,14	3.185.864,89		8,86%	3.453.450,11	3.206.469,85		8,69%	3.620.907,01	3.248.261,58		8,45%
Despesa Total (pagamento)	37.289.300,00	35.868.891,88		99,79%	39.872.232,59	37.020.691,60		100,34%	43.038.705,60	38.609.379,79		100,40%
Despesas Primárias (II)	36.539.300,00	35.147.460,56		97,78%	39.081.732,59	36.286.725,76		98,35%	42.205.550,60	37.861.968,89		98,46%
Despesas Primárias Correntes	30.244.997,62	29.092.918,06		80,93%	32.290.967,04	29.981.615,15		81,26%	34.906.418,17	31.314.026,23		81,43%
Pessoal e Encargos Sociais	12.355.848,41	11.885.194,70		33,06%	12.684.498,42	11.777.341,62		31,92%	13.304.095,81	11.934.905,58		31,04%
Outras Despesas Correntes	17.889.149,21	17.207.723,36		47,87%	19.606.468,62	18.204.273,53		49,34%	21.602.322,36	19.379.120,65		50,40%
Despesas Primárias de Capital	6.294.302,38	6.054.542,50		16,84%	6.790.765,54	6.305.110,61		17,09%	7.299.132,44	6.547.942,66		17,03%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	3.095.002,04	7.186.455,47		8,28%	2.991.801,86	2.777.837,28		7,53%	3.097.594,92	2.778.806,12		7,23%
Dívida Pública Consolidada (DC)	3.888.146,38	3.740.040,77		10,40%	4.045.224,18	3.755.922,03		10,18%	4.460.767,99	4.001.688,32		10,41%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-7.785.139,06	-7.488.590,86		-20,83%	-8.125.289,52	-7.544.193,49		-20,45%	-7.720.498,39	-6.925.943,76		-18,01%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-534.072,47	-513.728,81		-1,43%	-340.150,46	-315.823,93		-0,86%	404.791,13	363.132,07		0,94%

FONTE: Sistema Contábil, Unidade Responsável Secretaria Municipal da Fazenda, Data da emissão 23/07/2024 e hora de emissão 10:30

NOTA 1 : A elaboração desse demonstrativo seguiu a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não foram consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo do Resultado Primário acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Primário abaixo da linha.

NOTA 2: Conforme consta na página 73 da 13ª Edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, não se aplica nesse demonstrativo a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orçamentária Anual.

Nota 3: foi considerada a projeção da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento, ou seja, após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 1º, art. 166-A da CF.



Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2021, 2022 e 2023) e os valores reestimados para o exercício atual (2024), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Quanto aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As **Tabelas 03 e 04** demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,94%, 2,00% e 2,00% e das taxas de inflação (IPCA), de 3,96%, 3,60% e 3,50%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do site do Banco Central do Brasil, verificadas em 23/07/2024.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 1.447/2022. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisito por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2025. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetro de correção a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 9,50%, 9,00% e 9,00%, segundo informações do site do Banco Central do Brasil, verificadas em 23/07/2024.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração o provável saldo existente em 31/12/2024, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:
 - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2025, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 40.831.622,23, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 1.197.320,19), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 0,00), das Alienações de Investimentos (R\$ 0,00), resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 0,00), resultam numa Receita Primária de R\$ 39.276.281,48.
 - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 37.289.300,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 250.000,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00, a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 500.000,00, tem-se que as despesas primárias para 2025 foram previstas em R\$ 36.539.300,00. A **tabela 02** evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.
 - 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2025 que foi inicialmente prevista em R\$ 3.095.002,04 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.
 - 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 05**.



Município de : COTIPORÃ/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS - RECEITAS E DESPESAS ESPECÍFICAS DO RPPS
 2025

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	Valor	Valor	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor	Valor	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor	Valor	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
	Corrente (a)	Constante			Corrente (b)	Constante			Corrente (c)	Constante		
Receita Total - RPPS	0,00	0,00	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª	0,00%	0,00	0,00	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª	0,00%	0,00	0,00	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª	0,00%
Receitas Primárias do RPPS (I)	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%
Despesa Total - RPPS	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%
Despesas Primárias do RPPS (II)	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%
Resultado Primário (DO RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%

Fonte: Sistema Contábil, Unidade Responsável Secretaria Municipal da Fazenda, Data da emissão 23/07/2024 e hora de emissão 10:30

Nota 1: O Município de Cotiporã não possui RPPS, desde sua criação contribui com o RGPS.



Município de : COTIPORÃ/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2025

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2023	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2023	% PIB	% RCL	Variação	
	(a)			(b)			Valor	%
							(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total (Arrecadação)	34.697.167,73		111,10%	36.327.389,72		116,32%	1.630.221,99	4,70%
Receitas Primárias (I)	31.366.442,16		100,43%	31.144.765,61		99,72%	-221.676,55	-0,71%
Despesa Total (Pagamentos)	34.697.167,73		111,10%	31.510.798,35		100,89%	-3.186.369,38	-9,18%
Despesas Primárias (II)	33.748.040,93		108,06%	30.572.821,87		97,89%	-3.175.219,06	-9,41%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	-2.381.598,77		-7,63%	571.943,74		1,83%	2.953.542,51	-124,02%
Dívida Pública Consolidada (DC)	3.425.556,70		10,97%	2.798.592,75		8,96%	-626.963,95	-18,30%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-3.163.290,53		-10,13%	-9.339.662,90		-29,90%	-6.176.372,37	195,25%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-2.381.598,77		-7,63%	-2.574.975,22		-8,24%	-193.376,45	8,12%

FONTE: Contabil, Unidade Responsável Secretaria Municipal da Fazenda Data da emissão 23/07/2024 e hora de emissão 10:30

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Parâmetros	Valor Previsto 2023	Valor Realizado 2023
PIB nominal		
Receita Corrente Líquida - RCL	30.803.662,46	31.231.762,48

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2023), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2023 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, ficou em R\$ 571.943,74, valor -124,02% inferior à meta estabelecida para o ano, que era de R\$ -2.381.598,77. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 31.144.765,61 frustrando em 0,71% a projeção para o período de R\$ 31.366.442,16. As despesas não financeiras atingiram R\$ 30.572.821,87, estabelecendo-se 9,41% abaixo da previsão orçamentária.

A dívida consolidada totalizou R\$ 2.798.592,75, valor 18,30% inferior ao saldo de R\$ 3.425.556,70 estimado para o exercício.



No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2023, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ (-3.163.290,53). Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$ (-9.339.662,90) que, comparado com o montante apurado ao final do ano anterior (2022,) apresentou um decréscimo de R\$ (-2.574.975,22), valor este, que, de acordo com os conceitos estabelecidos no Manual dos Demonstrativos Fiscais, representa o Resultado Nominal pelo critério Abaixo da Linha.



METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2025

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027
Receita Total	25.993.235,40	34.697.167,73	33,49%	36.653.083,92	5,64%	40.831.622,23	11,40%	43.346.733,94	6,16%	46.647.097,30
Receitas Primárias (I)	25.850.154,81	31.366.442,16	21,34%	35.747.960,34	13,97%	39.634.302,04	10,87%	42.073.534,45	6,15%	45.303.145,52
Despesa Total	25.993.235,40	34.697.167,73	33,49%	36.036.413,69	3,86%	37.289.300,00	3,48%	39.872.232,59	6,93%	43.038.705,60
Despesas Primárias (II)	25.185.641,14	33.748.040,93	34,00%	34.883.821,62	3,37%	36.539.300,00	4,75%	39.081.732,59	6,96%	42.205.550,60
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	664.513,67	-2.381.598,77	-458,40%	864.138,72	-136,28%	3.095.002,04	258,16%	2.991.801,86	-3,33%	3.097.594,92
Divida Publica Consolidada (DC)	2.884.385,39	3.425.556,70	18,76%	3.355.042,24	-2,06%	3.888.146,38	15,89%	4.045.224,18	4,04%	4.460.767,99
Divida Consolidada Liquida (DCL)	-1.446.496,80	-3.163.290,53	118,69%	-6.361.697,19	101,11%	-7.785.139,06	22,38%	-8.125.289,52	4,37%	-7.720.498,39
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	2.215.467,80	-1.716.793,73	-177,49%	-3.198.406,66	86,30%	-534.072,47	-83,30%	-340.150,46	-36,31%	404.791,13

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027
Receita Total	28.622.965,83	36.119.751,61	26,19%	36.653.083,92	1,48%	39.276.281,48	7,16%	40.246.707,18	2,47%	41.846.414,08
Receitas Primárias (I)	28.465.409,80	32.652.466,29	14,71%	35.747.960,34	9,48%	42.333.916,03	18,42%	39.064.563,04	-7,72%	40.640.775,01
Despesa Total	28.622.965,83	36.119.751,61	26,19%	36.036.413,69	-0,23%	35.868.891,88	-0,46%	37.020.691,60	3,21%	38.609.379,79
Despesas Primárias (II)	27.733.667,42	35.131.710,61	26,68%	34.883.821,62	-0,71%	35.147.460,56	0,76%	36.286.725,76	3,24%	37.861.968,89
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	731.742,39	-2.479.244,32	-438,81%	864.138,72	-134,85%	7.186.455,47	731,63%	2.777.837,28	-61,35%	2.778.806,12
Divida Publica Consolidada (DC)	3.176.198,08	3.566.004,52	12,27%	3.355.042,24	-5,92%	3.740.040,77	11,48%	3.755.922,03	0,42%	4.001.688,32
Divida Consolidada Liquida (DCL)	-1.592.838,59	-3.292.985,44	106,74%	-6.361.697,19	93,19%	-7.488.590,86	17,71%	-7.544.193,49	0,74%	-6.925.943,76
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	2.439.606,23	-1.787.182,27	-173,26%	-3.198.406,66	78,96%	-513.728,81	-83,94%	-315.823,93	-38,52%	363.132,07

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2024), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2022, 2023 e 2024), bem como para os dois seguintes (2026 e 2027), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Divida Publica Consolidada e Divida Consolidada Liquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2022, 2023 e 2024 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Divida Consolidada e Divida Consolidada Liquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO. Já em relação às previsões para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.



Município de : COTIPORÁ/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2025

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)							R\$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
	2023	%	2022	%	2021	%	
Patrimônio/Capital	64.981.111,38	91,26%	50.809.671,11	78,19%	41.324.278,41	81,33%	
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	
Resultado Acumulado	6.225.957,13	8,74%	14.171.440,27	21,81%	9.485.392,70	18,67%	
Ajustes de Exerc. Anteriores	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	
TOTAL	71.207.068,51	100,00%	64.981.111,38	100,00%	50.809.671,11	100,00%	

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exerc. Anteriores	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio/Capital	64.981.111,38	91,26%	50.809.671,11	78,19%	41.324.278,41	81,33%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	6.225.957,13	8,74%	14.171.440,27	21,81%	9.485.392,70	18,67%
Ajustes de Exerc. Anteriores	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	71.207.068,51	100,00%	64.981.111,38	100,00%	50.809.671,11	100,00%

Fonte: Contabil, Unidade Responsável Secretária Municipal da Fazenda, Data da emissão 28/08/2023 e hora de emissão 10:30

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2021, 2022 e 2023), para fins do disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2021 a 2023, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 50.809.671,11 em 31.12.2021 para R\$ 71.207.068,51 em 31.12.2023.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2023 com superávit patrimonial.



Município de : COTIPORÃ/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2025

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023	2022	2021
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2021			32.755,64
RECEITAS DE CAPITAL			402.721,62
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			402.721,62
Alienação de Bens Móveis	479.200,00	-	402.721,62
Alienação de Bens Imóveis	479.200,00	-	402.721,62
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	1.690,21	11.512,40	8.445,36
TOTAL	480.890,21	11.512,40	443.922,62
DESPESAS EXECUTADAS	2023	2022	2021
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			213.855,64
Investimentos	-	235.638,06	213.855,64
Inversões Financeiras	-	235.638,06	
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	
TOTAL	-	235.638,06	213.855,64
SALDO FINANCEIRO	486.831,53	5.941,32	230.066,98

Fonte: Contabil, Unidade Responsável Secretaria Municipal da Fazenda, Data da emissão 23/07/2024 e hora de emissão 10:30

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2021, 2022 e 2023).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."



Município de : COTIPORÃ/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2025

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
Benefícios - Civil		2025	2026	2027
Aposentadorias				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Benefícios - Militar				
Reformas				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias				
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)				
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²				
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		2025	2026	2027
VALOR				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		2025	2026	2027
VALOR				
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS		2025	2026	2027
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar				
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos				
Outros Aportes para o RPPS				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				
BENS E DIREITOS DO RPPS		2025	2026	2027
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Investimentos e Aplicações				
Outro Bens e Direitos				
PLANO FINANCEIRO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES (VII)				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				



Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demaís Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2025	2026	2027
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demaís Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2025	2026	2027
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)			
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2025	2026	2027
DESPESAS CORRENTES (XIII)			
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)			
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)			
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FONTE: Contabil, Unidade Responsável: Secretaria Municipal da fazenda. Emissão: 23/07/2024, às 10.30.

NOTA: O Município de Cotiporã não possui RPPS



Município de : COTIPORÃ/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)							RS 1.000,00
TRIBUTUO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
			2025	2026	2027		
Isenção conforme Lei Municipal n 2.431/2015 art. 35	IPTU	Geral	43.836,00	45.414,10	47.003,59		
Desconto no pagamento em conta única	IPTU	Geral	71.560,00	74.136,16	76.730,93	Vide Observação	
Remissão de créditos tributários e não tributários Lei Municipal nº 2.364/14 art. 1º							
	Dívida Ativa	Geral	3.780,00	3.916,08	4.053,14	abaixo	
			-	-	-		
			-	-	-		
			-	-	-		
TOTAL			119.176,00	123.466,34	127.787,66	-	

Fonte: Sistema Contábil, Unidade Responsável Secretária Municipal da Fazenda, Data da emissão 23/07/2023 e hora de emissão 10:30

Nota 1: Os valores da renúncia para 2025 foram previstos de acordo com informações da Administração Tributária do Poder Executivo.

2 - Os valores da renúncia projetados para 2026 e 2027, foram calculados a partir dos valores de 2024 aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

inflação para 2026:	3,60%
inflação para 2027:	3,50%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os valores serão objeto de renúncia fiscal de receita nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 49, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que visa, entre outros objetivos, fomentar o desenvolvimento econômico do Município através da atração de investimentos e da criação de empregos. Entretanto, a concessão de incentivos fiscais também pode gerar impactos negativos, como a redução da arrecadação de impostos e a criação de distorções no mercado. Portanto, é importante que a concessão de incentivos fiscais seja feita de forma criteriosa e transparente, com a participação da sociedade civil e dos órgãos de controle. Além disso, é importante que os incentivos fiscais sejam destinados a setores e atividades que tenham potencial para gerar desenvolvimento econômico sustentável e criação de empregos de qualidade.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o intuito objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabelece em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Desse forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medição de compensação previsto no art. 14, I, do LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei municipal a de que não ateará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não prejudicarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : COTIPORÁ/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2025

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	120.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	120.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	120.000,00	SUBTOTAL	120.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS			
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	100.000,00	Limitação de empenhos conforme LDO	200.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:	100.000,00		
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	200.000,00
TOTAL	120.000,00	TOTAL	320.000,00

O Anexo de Riscos Fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os valores referente aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possível obrigações em 2025, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município/órgão entidade. Também poderão representar possíveis obrigações decorrentes de eventos passados, mas que não estão reconhecidas contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2025.

2 - Os **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade da ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas (abertura de créditos especiais e/ou extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares)).

Município de : COTIPORÃ/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2025

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2025
Aumento Permanente da Receita	(7.117.005,85)
Decorrente de Receitas Tributárias	317.544,47
Decorrente de Transferências Correntes	(7.434.550,32)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	165.955,66
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(6.951.050,18)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(6.951.050,18)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	1.011.943,06
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	944.284,70
Relativas a Outras Despesas Correntes	67.658,36
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	SEM MARGEM

Fonte: Sistema Contabil, Unidade Responsável Secretaria Municipal da Fazenda, Data da emissão 23/07/2024 e hora de emissão 10:30

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2025 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2024-2025.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2025, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2024-2025 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. Quando for positivo é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.



ANEXO IV
RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
(Art. 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2025	
			PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
A003 - Manutenção e Melhorias no Espaço Físico da Câmara Municipal	2025	3.000,00		3.000,00
A019 - Manutenção Predial das Unidades de Saúde e Áreas de Apoio	2025	10.000,00		10.000,00
P005 - Construção, Ampliação, Reforma e Adequação de Escola de Ensino Fundamental	2025	2.000.000,00		
P008 - Parques, Complexos Esportivos Construídos, Reformados e Adequados	2025	40.000,00		40.000,00
A067 - Manutenção do Complexo de Bitagem	2025	200.000,00		200.000,00
A068 - Manutenção de Espaços Físicos e Parque de Máquinas, Inclusive Mobiliário	2025	15.000,00		15.000,00
P010 - Ampliação de Espaços Físicos e Parque de Máquinas, Inclusive Mobiliário	2025	30.000,00		30.000,00
A069 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água	2025	20.000,00		20.000,00
P012 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	2025	50.000,00		
P013 - Implantação de Redes de Esgoto Pluviais e Cloacais	2025	10.000,00		10.000,00
A072 - Manutenção da Malha Viária e Passeios Públicos	2025	150.000,00		150.000,00
P015 - Abertura, Prolongamento, Pavimentação e Reforma de Vias Urbanas e Passeios públicos	2025	500.000,00		
A076 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	2025	600.000,00		600.000,00
P018 - Aquisição de Equipamentos e execução de Melhorias na Rede de Iluminação Pública	2025	200.000,00		200.000,00
P019 - Pavimentação de Estradas Municipais	2025	1.500.000,00		1.500.000,00
A077 - Manutenção, Conservação e Restauração de estradas Municipais	2025	1.250.000,00		1.250.000,00
A080 - Manutenção e Conservação de Pontes	2025	20.000,00		20.000,00
A081 - Manutenção e Conservação dos Edifícios Públicos	2025	60.000,00		60.000,00
P022 - Reforma de Edifícios Públicos	2025	50.000,00		50.000,00
P024 - Ampliação, Remodelação, Reforma e Melhorias no Cemitério Municipal	2025	250.000,00		250.000,00
P029 - Pavimentação da Rota Turística Águas e Vales	2025	350.000,00		350.000,00
P030 - Implantação, Ampliação e Melhorias de Praças, Parques e Jardins Públicos	2025	50.000,00		50.000,00
P027 - Construção de Pórtico	2025	150.000,00		150.000,00
Total dos Recursos a Priorizar			-	2.458.000,00
				3.550.000,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0110 Execução da Ação Legislativa

OBJETIVO: Oferecer condições ao Legislativo Municipal para desenvolver as atividades pertinentes à função.

Público Alvo: População em Geral, servidores e agentes.

Justificativa: Garantir o desempenho das atribuições constitucionais e legais.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				616.500
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO	2.025
A	Ação: 001 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo	Unidade	Meta	
	Objetivo: Manutenção das atividades do legislativo com pessoal e encargos sociais, auxílio alimentação, diárias, passagens e despesas com locomoção, material de consumo, serviços de terceiros, realização de concurso público, aquisição de equipamento e material permanente e demais despesas.			1
	Função: 01 - Legislativa			
	Subfunção: 031 - Ação Legislativa	Física	Valor	610.000
	Produto: Atividade Mantida			
A	Ação: 002 - Publicidade Legal e Transparência das Ações do Legislativo	Unidade	Meta	
	Objetivo: Os atos administrativos devem ser públicos e transparentes — públicos porque devem ser levados a conhecimento dos interessados por meio dos instrumentos legalmente previstos (citação, publicação, comunicação etc.); transparentes porque devem permitir entender com clareza seu conteúdo e todos os elementos de sua composição, inclusive o motivo e a finalidade, para que seja possível efetivar seu controle. Serviços de Divulgação por meio de rádio, jornal e televisiva, bem como publicação de atos e fatos em portal próprio.			1
	Função: 01 - Legislativa			
	Subfunção: 131 - Comunicação Social	Física	Valor	2.000
	Produto: Atividade Mantida			
A	Ação: 003 - Manutenção e Melhorias no Espaço Físico da Câmara Municipal	Unidade	Meta	
	Objetivo: Necessidade permanente de manutenção uma vez que embora aparentemente estática, estão permanentemente sujeitas a variação de temperatura,			1
	Função: 01 - Legislativa	Física	Valor	3.000
	Subfunção: 031 - Ação Legislativa			
	Produto: Prédio mantido			
A	Ação: 004 - Capacitação Profissional no Legislativo	Servidor	Meta	
	Objetivo: Ofertar aos servidores e agentes públicos capacitações, treinamentos, cursos de extensão, palestras, seminários, entre outros, a fim de profissionalizar os mesmos na sua área de atuação garantindo melhor qualidade nos serviços prestados a população.			5
	Função: 01 - Legislativa			
	Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos	Física	Valor	1.500
	Produto: Servidor/Agente			

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0210 Gestão Institucional do Executivo

OBJETIVO: Priorizar o bem-estar da população, trabalhando pelo desenvolvimento e progresso do Município, através da integração da equipe administrativa, abrangência de conhecimento e interação entre servidores. Investir em diferentes meios de comunicação, a fim de garantir para a população o acesso a informação, bem como a transparência das ações administrativas realizadas pelo Executivo Municipal. Desenvolver atividades que aproximem a comunidade Cotiporanense da Administração, através da realização de Prestações de Contas e Audiências Públicas, além de oportunizar aos municípios a solicitação de demandas, críticas e sugestões.

Público Alvo: População em geral

Justificativa: Atendimento de qualidade, eficaz e transparente prestado por servidores motivados e capacitados.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				1.032.500
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS		Unidade de Medida	ANO
	Ação:	005 - Gestão das Atividades do Gabinete	Órgão	Meta
	Objetivo:	Manutenção das atividades do Gabinete: pessoal e encargos sociais, diárias, passagens e despesas com locomoção, auxílio alimentação, manutenção de veículos, aquisição de equipamentos e material permanente, serviços de consultoria, serviços de terceiros, material de consumo e demais despesas, serviços de tecnologia da informação e comunicação.		1
A	Função:	04 - Administração	Física	
	Subfunção:	122 - Administração Geral	Valor	920.000
	Produto	Atividade Mantida		
	Ação:	006 - Formação e Capacitação Profissional	Servidores	Meta
	Objetivo:	Ofertar e proporcionar aos servidores públicos capacitações, treinamentos, cursos, palestras, seminários, entre outros que se fizerem necessários, com a finalidade de qualificar cada servidor em sua área de atuação, garantindo assim melhor atendimento a nossa população.		7
A	Função:	04 - Administração	Física	
	Subfunção:	128 - Formação de Recursos Humanos	Valor	2.500
	Produto	Servidores capacitados		
	Ação:	007 - Gestão das Atividades do Controle Interno	Controle Interno	Meta
	Objetivo:	Manutenção das atividades do Controle Interno: pessoal e encargos, diárias, auxílio alimentação, passagens e despesas com locomoção, aquisição de equipamentos e material permanente, serviços de consultoria, serviços de terceiros, material de consumo e demais despesas.		1
A	Função:	04 - Administração	Física	
	Subfunção:	124 - Controle Interno	Valor	70.000
	Produto	Atividade Mantida		
	Ação:	008 - Comunicação e Transparência Institucional	Assessoria de Imprensa	Meta
	Objetivo:	Manutenção das atividades da Assessoria de Imprensa: aquisição de equipamentos e material permanente, serviços de terceiros, material de consumo, estagiários e demais despesas.		1
A	Função:	04 - Administração	Física	
	Subfunção:	131 - Comunicação Social	Valor	40.000
	Produto	Atividade Mantida		

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0220 Previne Cotiporã

OBJETIVO:

Ampliar a segurança da população, investindo num sistema de vídeo monitoramento, através de câmeras instaladas em pontos estratégicos do Município, conduzindo para o aumento da sensação de segurança por parte da comunidade cotiporãense. Promover ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar desastres ou minimizar seus impactos, reduzindo os riscos e danos sofridos pela população em caso de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem. Capacitar recursos humanos para as ações de defesa civil e incentivar o desenvolvimento de associações de voluntários. Manter os órgãos Estadual e Federal de Defesa Civil informados em relação a ocorrência de desastres e sobre a realização de atividades de proteção e defesa civil do Município.

Público Alvo:

População em Geral

Justificativa:

Necessidade de apoiar os órgãos de segurança pública do Município, prevenindo e remediando acidentes, intempéries e catástrofes.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				20.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS		
A	Ação:	009 - Política Municipal da Defesa Civil	Unidade de Medida de Conselho de Defesa Civil	ANO de Meta
	Objetivo:	Fortalecer políticas de segurança à sociedade e proteção ao cidadão. Proporcionar ações de ajuda humanitária, através da Defesa Civil. Aquisição de Material e Serviços de distribuição gratuita, material de consumo, serviços de terceiros e outras despesas que se fizerem necessárias.		2.025
	Função:	06 - Segurança Pública		
	Subfunção:	182 - Defesa Civil	Física Valor	1
	Produto	Atividade Mantida		5.000
P	Ação:	001 - Instalação e Manutenção de Vídeo Monitoramento	Equipamentos	Meta
	Objetivo:	Possibilitar o uso de espaços públicos pelo cidadão com maior segurança. Aperfeiçoar as ações de prevenção e investigação desenvolvidas pelos órgãos de segurança pública. Aumentar a sensação de segurança a população do Município de Cotiporã. Aquisição de equipamentos e material permanente.		6
	Função:	06 - Segurança Pública	Física Valor	
	Subfunção:	181 - Policiamento		
	Produto	Câmeras de Monitoramento instaladas		15.000

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0310 Modernização e Gestão da Administração

OBJETIVO:

Proporcionar condições a fim de desenvolver as tarefas administrativas com praticidade, agilidade e transparência, qualificando e modernizando os ambientes de trabalho, visando melhores condições de atendimento à população. Aperfeiçoar e modernizar a gestão municipal através de ações eficientes buscando a otimização dos recursos. Promover a valorização do servidor público municipal, oportunizar crescimento pessoal e profissional, bem como a participação funcional para a elaboração, desenvolvimento e conclusão de projetos.

Público Alvo:

População em Geral

Justificativa:

Necessidade de atendimento de qualidade aliado a servidores capacitados e motivados.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				1.635.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS		
	Ação:	010 - Gestão das Atividades da Secretaria de Administração	Unidade de Medida Secretaria	ANO Meta
A	Objetivo:	Manutenção das atividades da Secretaria: pessoal e encargos sociais, diárias, auxílio alimentação, passagens e despesas com locomoção, aquisição de equipamentos e material permanente, serviços de consultoria, serviços de terceiros, material de consumo e demais despesas, serviços de tecnologia da informação e comunicação, estágiários e realização de concurso público.		1
	Função:	04 - Administração	Física	
	Subfunção:	122 - Administração Geral	Valor	1.600.000
	Produto	Atividade Mantida		
	Ação:	011 - Formação e Capacitação Profissional	Percentual de Servidores Capacitados	Meta
A	Objetivo:	Oferecer e proporcionar aos servidores públicos capacitações, treinamentos, cursos, palestras, seminários, entre outros que se fizerem necessários, com a finalidade de qualificar cada servidor em sua área de atuação, garantindo assim melhor atendimento a nossa população.		95%
	Função:	04 - Administração	Física	
	Subfunção:	122 - Administração Geral	Valor	5.000
	Produto	Servidores capacitados		
	Ação:	012 - Manutenção de Consórcios Públicos	Consórcio Público	Meta
A	Objetivo:	Manutenção de Consórcio Público permitindo a elaboração e o financiamento de projetos, bem como a união dos entes federados na busca de eficiência na gestão dos recursos públicos.		1
	Função:	04 - Administração	Física	
	Subfunção:	122 - Administração Geral	Valor	30.000
	Produto	Atividade Mantida		

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0320 Cuidando do Servidor e de sua Família

OBJETIVO: Oferecer Plano de Saúde aos servidores públicos municipais e seus dependentes, possibilitando a prevenção e a garantia do bem-estar de todos os colaboradores. Proporcionar melhor qualidade de vida aos servidores, priorizando os cuidados preventivos e como consequência redução de índices de afastamentos em decorrência de doenças.

Público Alvo: Servidores públicos municipais e seus familiares

Justificativa: Necessidade de promover a saúde do servidor público e seus dependentes

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				80.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO
A	Ação:	013 - Oferecer Plano de Saúde e Garantir a Prevenção e o Cuidado com a Vida	Servidor	Meta
	Objetivo:	Garantir a assistência médica aos servidores e seus dependentes proporcionando saúde, bem-estar e qualidade de vida aos beneficiados.		
	Função:	04 - Administração		
	Subfunção:	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	Física	
	Produto	Servidor Atendido	Valor	80.000
				35%

PROGRAMA: 0410 Gestão da Administração Tributária e Financeira

OBJETIVO:

Garantir o bom andamento dos serviços prestados pela Secretaria Municipal da Fazenda. Propiciar/possibilitar um trabalho eficiente na implementação de políticas públicas voltadas para o aumento da arrecadação tributária, seu controle, sua fiscalização, bem como voltadas para a boa gestão dos recursos públicos. Avaliar o desempenho da receita e despesa do Município, produzir relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos para atender a legislação. Implementar ferramentas de modernização e atualização dos processos e mecanismos de arrecadação dos tributos próprios, estaduais e federais, focando na inteligência fiscal, na ampliação e atualização cadastral e identificação dos procedimentos. Aumentar e incrementar a arrecadação tributária do Município, principalmente a própria, assim como implementar ferramentas de diminuição da inadimplência, através da modernização e atualização dos processos e mecanismos de arrecadação dos tributos.

Capta, desenvolver, manter e estimular o quadro de pessoal motivado, oportunizar crescimento pessoal e profissional, visando impactar direta e positivamente na operação dos serviços públicos municipais. Promover qualificação profissional contínua dos servidores públicos da Secretaria da Fazenda, resultando em serviços de qualidade, velocidade e satisfação da população, a qual é a parte mais atingida e a que mais necessita desses serviços.

Desenvolver políticas de educação fiscal para o efetivo exercício da cidadania, visando o aprimoramento da relação participativa e consiente dos cidadãos. Aumentar e incrementar a arrecadação municipal por meio de atividades de educação fiscal e integração tributária.

Público Alvo: População em geral

Justificativa:

Conjunto de ações relativas ao acompanhamento da execução orçamentária e gestão financeira do Município, com acompanhamento do desempenho de suas receitas e despesas. Planejamento da gestão e controle com total transparência das contas públicas. Qualificação dos processos de tributação e fiscalização, com vistas à arrecadação eficiente e a cobrança simplificada para o cidadão. Qualificação profissional e continuada dos servidores públicos da Secretaria da Fazenda.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)			
Total do Programa:			
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS		2.025
			1.028.000
A	Ação:	014 - Gestão das Atividades da Secretaria da Fazenda	Secretaria
	Objetivo:	Manutenção das atividades da Secretaria: pessoal e encargos sociais, diárias, auxílio alimentação, passagens e despesas com locomoção, aquisição de equipamentos e material permanente, serviços de consultoria, serviços de terceiros, material de consumo e demais despesas, serviços de tecnologia da informação e comunicação.	Meta
	Função:	04 - Administração	Física
	Subfunção:	122 - Administração Geral	
	Produto	Atividade mantida	
	Ação:	015 - Integração Tributária e Educação Fiscal	Programas realizados
	Objetivo:	Aumentar e incrementar a arrecadação do Município, através de atividades de educação fiscal e integração tributária. Despesas com premiação, material de distribuição gratuita, material de consumo e campanhas de divulgação e publicidade.	Meta
	Função:	04 - Administração	Física
	Subfunção:	129 - Administração de Receitas	
	Produto	Atividade mantida	Valor
A	Ação:	016 - Formação Continuada dos Servidores da Secretaria da Fazenda	Servidores
	Objetivo:	Ofertar aos servidores públicos capacitações, treinamentos, cursos de extensão, palestras, seminários, entre outros, a fim de profissionalizar os mesmos na sua área de atuação garantindo melhor qualidade no atendimento da população.	Meta
	Função:	04 - Administração	Física
	Subfunção:	128 - Formação de Recursos Humanos	
	Produto	Servidores capacitados	Valor

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0510 Gestão de Ações e Serviços de Saúde Pública

OBJETIVO: Gerir e coordenar a atenção básica, administração geral, recursos humanos e vigilância em saúde. Monitorar o desenvolvimento das ações e serviços de atenção à saúde. Garantir a estrutura física materiais adequados para o atendimento da população.

Público Alvo: 100% dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)

Justificativa: A importância da Gestão de Ações e Serviços de Saúde Pública está associada à garantia de que todos os processos dentro dos estabelecimentos funcionem de forma eficaz; que todos os equipamentos estejam funcionando plenamente; e que os colaboradores sejam capacitados para exercerem suas funções. A Gestão de Saúde Pública ainda é essencial por verificar as questões financeiras, assegurando a redução dos custos e a maximização na eficácia do trabalho.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				2.026.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO	2.025
A	Ação: 017 - Contratar Serviços para Garantir a Integralidade da Assistência a Saúde	Atividade	Meta	
	Objetivo: Oferecer à população atendimentos nas áreas de pediatria, ginecologia e obstetrícia, assim como exames de apoio diagnóstico.			
	Função: 10 - Saúde		Física	1
	Subfunção: 301 - Atenção Básica		Valor	30.000
	Produto: Atividade Mantida			
A	Ação: 018 - Realizar Capacitação dos Profissionais	Servidores	Meta	
	Objetivo: Oferecer aos servidores públicos capacitações, treinamentos, cursos de extensão, palestras, seminários, entre outros, a fim de profissionalizar os mesmos na sua área de atuação e, assim, garantir melhor qualidade no atendimento aos usuários do serviço.			30
	Função: 10 - Saúde		Física	
	Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos		Valor	6.000
	Produto: Servidores Capacitados			
A	Ação: 019 - Manutenção Predial das Unidades de Saúde e Áreas de Apoio	Edifícios	Meta	
	Objetivo: Necessidade permanente de manutenção, uma vez que embora aparentemente estática, estão permanentemente sujeitas a variação de temperatura, umidade, poluição atmosférica, raios solares, ventos e vibrações que as tornam estruturas dinâmicas em permanente deterioração. Execução de serviços como: pinturas, manutenção elétrica, estrutural e demais despesas que se fizerem necessárias.			4
	Função: 10 - Saúde		Física	
	Subfunção: 301 - Atenção Básica		Valor	10.000
	Produto: Patrimônio Mantido			
A	Ação: 020 - Manutenção das Atividades relativas a Gestão da Saúde	Atividade	Meta	
	Objetivo: Manutenção das atividades de gestão da saúde: pessoal e encargos sociais, diárias, auxílio alimentação, passagens e despesas com locomoção, aquisição de equipamentos e material permanente, serviços de consultoria, de terceiros, de tecnologia da informação e comunicação, material de consumo e demais despesas.			1
	Função: 10 - Saúde		Física	
	Subfunção: 301 - Atenção Básica		Valor	1.780.000
	Produto: Atividade Mantida			
A	Ação: 021 - Manutenção da Frota de Veículos	Atividade	Meta	
	Objetivo: Manter a frota de veículos a serviço da saúde em condições adequadas e seguras de uso.			1
	Função: 10 - Saúde		Física	
	Subfunção: 301 - Atenção Básica		Valor	200.000
	Produto: Atividade Mantida			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0520 Atenção Básica

OBJETIVO:

Desenvolver um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades.

Público Alvo:

100% dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS

Justificativa:

A Atenção Básica deve ser o contato inicial dos usuários, a principal porta de entrada e o centro de comunicação com toda a rede de atenção à saúde, a qual necessita ser promovida baseada em boas práticas de atenção. Garantir um atendimento humanizado, resolutivo e que propicie a criação de vínculo entre as equipes e as pessoas, legitimará a Atenção Básica como a porta de entrada prioritária e preferencial para a rede de atenção à saúde do SUS.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)

Total do Programa:

TIPO	Ações/Produtos	Unidade de Medida	ANO	2.025
				3.000.000
A	Ação: 022 - Implantação e Manutenção dos Programas de Saúde	Programas	Meta	4
	Realizar ações e serviços que contemplem os objetivos dos Programas de Saúde: Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde, Saúde Mental e Academia da Saúde.			
	Criar um Programa voltado às Práticas Integrativas e Complementares.			
	Organizar os atendimentos domiciliares, por meio de visitas domiciliares programadas, em conformidade com as necessidades de cada indivíduo.			
	Execução de despesas com pessoal e encargos sociais, diárias, auxílio alimentação, passagens e despesas com locomoção, aquisição de equipamentos e material permanente, serviços de consultoria, de terceiros, de tecnologia da informação e comunicação, material de consumo e demais despesas.			
	Função: 10 - Saúde	comprimidos e fraldas	Meta	1.900.000
	Subfunção: 301 - Atenção Básica			
	Produto Programas desenvolvidos			
	Ação: 023 - Garantir a Assistência Farmacêutica			
	Garantir o acesso da população aos medicamentos essenciais com segurança e eficácia bem como promover o uso racional de medicamentos através de uma educação dos prescritores e usuários da rede básica. Fornecer fraldas geriátricas a população em situação de vulnerabilidade.			
A	Função: 10 - Saúde	Atividade	Meta	550.000
	Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico			
	Produto Comprimidos e fraldas dispensadas			
	Ação: 024 - Garantir a Assistência em Saúde Bucal			
A	Garantir a assistência em saúde bucal aos usuários do serviço, assumindo a responsabilidade pela detecção e resolução das necessidades odontológicas. Reorganizar a prática e qualificar as ações e serviços oferecidos no Município, reunindo medidas para garantir ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos municípios de todas as idades. Execução de despesas com Pessoal e encargos sociais, auxílio alimentação, diárias, passagens e despesas com locomoção, material odontológico, material ambulatorial, manutenção dos equipamentos, material de consumo e serviços de terceiros.	Física	Valor	250.000
	Função: 10 - Saúde			
	Subfunção: 301 - Atenção Básica			
	Produto Atividade mantida			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 Prefeitura Municipal de Cotiporã
 ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0530 Atensão Especializada em Saúde

OBJETIVO: Garantir a continuidade do atendimento integral aos usuários nos serviços da Rede de Atensão à Saúde. Fortalecer e ampliar a rede de atenção à saúde, promovendo a integração das ações e serviços ofertados por meio de linhas de cuidado; qualificar o acesso aos serviços de saúde, com ênfase na humanização e no atendimento das necessidades de saúde da população, aprimorando a política de atenção básica especializada.

Público Alvo: 100% dos usuários do Sistema Único de Saúde

Justificativa: A importância da Atensão Especializada em Saúde está associada à garantia da integralidade da assistência à saúde aos usuários do serviço, no que se refere a processos de trabalho que precisam de maior densidade tecnológica e conhecimento especializado, a qual deve ser preferencialmente ofertada de forma regionalizada e hierarquizada.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				2.200.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS			
A	Ação:	025 - Implantação e Manutenção de Serviços Especializados em Saúde	Unidade de Medida atividade	ANO
		Realizar convênios intermunicipais, a fim de fortalecer os hospitais de referência regional.		2.025
		Promover assistência ambulatorial de média e alta complexidade.		
		Criar uma Policlínica Municipal.		
	Objetivo:	Criar uma Academia de Saúde Municipal.		
		Manter e qualificar o serviço de atendimento pré-hospitalar móvel.	Meta	1
		Manter e qualificar o Centro de Referência em Fisioterapia.		
	Função:	10 - Saúde		
	Subfunção:	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Física	
	Produto	Atividade mantida	Valor	2.200.000



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0540 Vigilância em Saúde

OBJETIVO:

Realizar ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde da população, sob a ótica da integralidade do cuidado, o que inclui tanto a abordagem individual quanto a coletiva dos problemas de saúde. Realizar ações específicas de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental e vigilância em saúde do trabalhador. Criar ações individuais e/ou coletivas para identificar, monitorar e prevenir doenças que possam afetar a saúde humana.

Público Alvo:

100% dos usuários do Sistema Único de Saúde

Justificativa:

No campo da saúde, a vigilância está relacionada às práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e aos mecanismos adotados para prevenção de doenças. Além disso, integra diversas áreas de conhecimento e aborda diferentes temas, tais como: política e planejamento, territorialização, epidemiologia, processo saúde-doença, condições de vida e situação de saúde das populações, ambiente, e saúde e processo de trabalho. A partir daí, a vigilância se distribui entre: epidemiológica, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				262.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO	
A	Ação: 026 - Manutenção das Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental	Atividade	Meta	1
	Objetivo: Realizar a vigilância de doenças transmissíveis e não transmissíveis. Realizar a vigilância de doenças zoonóticas, zoonoses e acidentes por animais peçonhentos.			
	Função: 10 - Saúde		Física	
	Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica		Valor	
	Produto: Atividade mantida			
A	Ação: 027 - Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária	Atividade	Meta	1
	Objetivo: Realizar ações com vistas a eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse à saúde.			
	Função: 10 - Saúde		Física	
	Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária		Valor	
	Produto: Atividade mantida			
A	Ação: 028 - Manutenção das Ações de Saúde do Trabalhador	Atividade	Meta	1
	Objetivo: Realizar ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.			
	Função: 10 - Saúde		Física	
	Subfunção: 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador		Valor	
	Produto: Atividade mantida			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0550 Conselho Tutelar Ativo

OBJETIVO: Garantir as políticas de direitos as crianças e adolescentes do Município visando sua proteção e socialização, permitindo seu desenvolvimento social, psicológico e físico.

Público Alvo: Crianças, adolescentes e seus familiares

Justificativa: Cabe ao Município prestar atendimento ou garantir espaços adequados de atendimento às crianças e adolescentes e suas famílias, a fim de evitar a violação de seus direitos básicos.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				180.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS		
A	Ação:	030 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	Unidade de Medida	ANO
	Objetivo:	Gerir e coordenar o Conselho Tutelar, a fim de cumprir com as necessidades na condução dos serviços que garantam os direitos de crianças e adolescentes. Despesas com pessoal e encargos sociais, auxílio alimentação, diárias, passagens e despesas com locomoção, plano de saúde, material de consumo, serviços de terceiros e demais despesas.		
	Função:	08 - Assistência Social		
	Subfunção:	243 - Assistência a criança e ao adolescente		
	Produto	Atividade Mantida	Física	Valor
				180.000



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0560 Gestão do Sistema Único de Assistência Social

OBJETIVO:

Oferecer condições de funcionamento e qualificação do SUAS, coordenando, organizando e apoiando a gestão no Município, qualificando e ampliando os serviços prestados às famílias, bem como fortalecer o controle social e Conselho Municipal de Assistência Social, visando a garantia dos mínimos sociais e a universalização dos direitos sociais.

Público Alvo:

Indivíduos, Gestores, Trabalhadores e Conselheiros da Política de Assistência Social no Município

Justificativa:

Necessidade de identificar e melhorar os aspectos prioritários para a gestão do SUAS, bem como, avaliar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito do município, afim de qualificar as ações desenvolvidas.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025	
Total do Programa:				518.000	
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS			Unidade de Medida	ANO
A	Ação:	031 - Manutenção das Atividades do SUAS			Unidade
	Objetivo:	Gerir e coordenar o Sistema Único de Assistência Social, mantendo as atividades. Despesas com pessoal e encargos sociais, auxílio alimentação, diárias, passagens e despesas com locomoção, plano de saúde, material de consumo, serviços de terceiros e demais despesas.			Meta
	Função:	08 - Assistência Social			
	Subfunção:	122 - Administração Geral			Física
	Produto	Atividade mantida			Valor
A	Ação:	032 - Manutenção dos Benefícios Eventuais			Famílias
	Objetivo:	Garantir às famílias em situação de vulnerabilidade a concessão de benefícios eventuais tais como: auxílio alimentação, auxílio funeral, auxílio natalidade e auxílio calamidade pública.			Meta
	Função:	08 - Assistência social			
	Subfunção:	244 - Assistência Comunitária			Física
	Produto	Famílias atendidas			Valor
A	Ação:	033 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social			Unidade
	Objetivo:	Fomentar a mobilização e a participação em reuniões periódicas, eventos e capacitações. Despesas com equipamento e material permanente, material de consumo, diárias, despesas com locomoção, serviços de terceiros.			Meta
	Função:	08 - Assistência Social			
	Subfunção:	244 - Assistência Comunitária			Física
	Produto	Atividade mantida			Valor
A	Ação:	034 - Manutenção e Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único			Servidor
	Objetivo:	Manter as atividades referentes a gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único. Serviços de cadastramento, atualizações e acompanhamento das famílias. Diárias, passagens e despesas com locomoção, material de consumo, equipamento e material permanente, material de distribuição			Meta
	Função:	08 - Assistência social			
	Subfunção:	122 - Administração Geral			Física
	Produto	Atividade mantida			Valor
A	Ação:	035 - Promover Capacitação e Qualificação Profissional			Profissionais
	Objetivo:	Promover capacitação permanente dos trabalhadores do SUAS para execução de programas e projetos de forma eficaz para a qualidade dos serviços ofertados.			Meta
	Função:	08 - Assistência social			
	Subfunção:	128 - Formação de Recursos Humanos			Física
	Produto	Profissionais Capacitados			Valor



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 Prefeitura Municipal de Cotiporã
 ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0570 Proteção Social Básica

OBJETIVO:

Apoiar e fortalecer as famílias em nível de proteção social básica, através de um conjunto de serviços, programas e benefícios com objetivo de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos vínculos, promovendo seu acesso e usufruto dos direitos contribuindo para o processo de autonomia e emancipação social das famílias.

Público Alvo:

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, fragilização de vínculos residentes no território de abrangência do CRA, em especial: famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas e benefícios, famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas.

Justificativa:

Considerando que o município de Cotiporã possui famílias em situação de vulnerabilidade, referenciadas no CRA, faz-se necessária a manutenção dos serviços e ações socioassistenciais continuadas de Proteção Social Básica do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Identifica-se a necessidade de promover o acesso à assistência social para as famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como, prever o desenvolvimento de serviços, programas e projetos.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				163.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO	2.025
A	Ação: 036 - Serviços de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF	Famílias	Meta	25
	Objetivo: Apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Despesas com material de distribuição gratuita, material de consumo, serviços de terceiros e equipamentos e materiais permanentes.			
	Função: 08 - Assistência Social		Física	
	Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		Valor	
	Produto: Famílias Acompanhadas			70.000
A	Ação: 037 - Manutenção e Aprimoramento na Oferta das Atividades do FEAS	Famílias	Meta	95
	Objetivo: Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, destinado à população em vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização dos vínculos afetivos ou relacionais: despesa com material de informática, material de expediente e conservação, combustíveis e lubrificantes, material educativo, gêneros de alimentação e material de cozinha, mobiliário, equipamentos artísticos e de esporte, material bibliográfico (duração maior que 2 anos) e aparelhos de comunicação.			
	Função: 08 - Assistência Social		Física	
	Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		Valor	
	Produto: Famílias Acompanhadas			8.000
A	Ação: 038 - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	Famílias	Meta	70
	Objetivo: É um conjunto de serviços realizados em grupo, de acordo com seu ciclo de vida, e que busca complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Despesas com material de distribuição gratuita, material de consumo, serviços de terceiros e equipamentos e materiais permanentes.			
	Função: 08 - Assistência Social		Física	
	Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		Valor	
	Produto: Crianças, Adolescentes e Idosos Atendidos			85.000

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0580 Proteção Social Especial de Média Complexidade

OBJETIVO: Apoiar, orientar e acompanhar as famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violações de direitos, através de serviços voltados na promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais.

Público Alvo: Famílias, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e pessoas com deficiências

Justificativa: Atualmente a demanda e porte do Município não justificam a disponibilização do serviço de proteção social especial através dos equipamentos como CREAS no seu âmbito, no entanto, o Município necessita ofertar atendimento especializado para pessoas com deficiências e suas famílias.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)					2.025			
Total do Programa:					201.000			
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS				Unidade de Medida	ANO	2.025	
A	Ação:	039 - Acompanhamento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto				Adolescentes	Meta	1
	Objetivo:	Cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, como prestação de serviços a comunidade, liberdade assistida e semiliberdade. Despesas com material de consumo.						
	Função:	08 - Assistência Social						
	Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente						
	Produto	Adolescentes						
A	Ação:	040 - Oferta de serviços para Pessoas com Deficiência				Pessoas com deficiência	Meta	10
	Objetivo:	Oferta de serviços para pessoas com deficiência e acompanhamento das referidas famílias em instituições especializadas de quem dela necessitar na política de saúde, educação e assistência social.						
	Função:	08 - Assistência Social						
	Subfunção:	242 - Assistência ao Portador de deficiência						
	Produto	Pessoas com Deficiência						

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0590 Proteção Social Especial de Alta Complexidade

OBJETIVO: Garantir proteção integral para crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência que se encontram com os vínculos familiares rompidos ou fragilizados, cujo necessitam de acolhimento em diferentes tipos de instituições.

Público Alvo: Crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos cujo os vínculos familiares rompidos necessitam de acolhimento

Justificativa: Conforme determinado na Resolução Nº 109, aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais é dever dos Municípios, dos Estados e da União ofertar serviços de acolhimentos que promovam proteção integral, inclusão social, superação de barreiras e a convivência comunitária, mediante desenvolvimento ações que venham contribuir para o fortalecimento identitário do indivíduo, a construção progressiva da autonomia no desenvolvimento das atividades da vida diária.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				300.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO
A	Ação:	041 - Serviços de Acolhimento	Pessoas	
	Objetivo:	Oferecer serviços de proteção integral ao idoso e a pessoa com deficiência em instituições de longa permanência.		2.025
	Função:	08 - Assistência Social		
	Subfunção:	244 - Assistência Comunitária	Meta	3
	Produto	Pessoas acolhidas	Física	
			Valor	300.000

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0595 COMIDICA E FMDCA EM AÇÃO

OBJETIVO: Oferecer condições de funcionamento e melhoria dos serviços prestados a comunidade, através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Público Alvo: Crianças, adolescentes e famílias

Justificativa: Garantir a prevenção, orientação e encaminhamentos para melhorar a qualidade de vida das crianças e adolescentes do Município, que sofrem com as violências e negligências de todas as esferas.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				2.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS		
A	Ação:	042 - Manutenção do COMIDICA e FMDCA	Unidade de Medida	ANOS
	Objetivo:	Gerir e coordenar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o objetivo de articular, mobilizar e sensibilizar a sociedade civil na defesa dos direitos. Despesas diárias, passagens e despesas com locomoção, material de distribuição gratuita, material de consumo, serviços de terceiros e equipamento e material permanente.	Setores	Meta
	Função:	08 - Assistência Social		
	Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
	Produto	Atividade Mantida	Física	Valor
				2.000



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0610 Primeiros Passos na Educação

OBJETIVO:

Assegurar uma Educação inovadora e de qualidade para as crianças da Educação Infantil, cumprindo e respeitando seus direitos, contribuindo com o seu desenvolvimento e sua identidade.

Público Alvo:

Alunos da Educação Infantil

Justificativa:

Mediante a crescente demanda por vagas na Educação Infantil e a necessidade de implantação do berçário a partir dos 04 (quatro) meses de idade, faz-se necessária a ampliação dos espaços existentes e a construção de novos, para que mais famílias e crianças sejam beneficiadas com o atendimento.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)

Total do Programa:				2.025	2.448.500
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS		Unidade de Medida	ANO
				Sector	Meta
A	Ação:	043 - Gestão da Educação Infantil			
	Objetivo:	Gerir e coordenar a Educação Infantil, a fim de cumprir com as necessidades do setor e o desenvolvimento do ensino. Despesas com pessoal e encargos sociais, auxílio alimentação, diárias, passagens e despesas com locomoção, plano de saúde, material de consumo, serviços de terceiros, equipamentos e material permanente e demais despesas.			
	Função:	12 - Educação			1
	Subfunção:	365 - Educação Infantil	Física		
	Produto	Gestão, Coordenação, Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	Valor	2.400.000	
	Ação:	044 - Implementação da Inclusão Digital			
	Objetivo:	Inserir e aprimorar o uso de Tecnologias Educacionais com o intuito de estimular a inclusão digital no processo de ensino aprendizagem.	Alunos	Meta	
	Função:	12 - Educação		Física	50%
	Subfunção:	365 - Educação Infantil		Valor	10.000
	Produto	Softwares, Aplicativos e outros recursos Tecnológicos Educacionais			
A	Ação:	045 - Ampliação e Atualização de acervos bibliográficos			
	Objetivo:	Estimular a leitura e incentivar a inclusão da literatura nas propostas pedagógicas, instigando a imaginação e a criatividade.	Livros	Meta	
	Função:	12 - Educação		Física	30%
	Subfunção:	365 - Educação Infantil		Valor	1.500
	Produto	Biblioteca na Escola de educação Infantil com acervo ampliado e atualizado.			
	Ação:	046 - Ofertar Serviços Educacionais			
	Objetivo:	Criar condições para a contratação de profissionais que desenvolvam propostas inovadoras e diferenciadas através da arte e da cultura.	Alunos e professores	Meta	
	Função:	12 - Educação		Física	100%
	Subfunção:	365 - Educação Infantil		Valor	12.000
	Produto	Oficinas e atividades pedagógicas e culturais			
A	Ação:	047 - Aquisição de Materiais de Apoio Pedagógico			
	Objetivo:	Qualificar a Educação e melhorar os índices do IDEB por meio da aquisição de materiais didáticos.	Alunos e professores	Meta	
	Função:	12 - Educação		Física	100%
	Subfunção:	365 - Educação Infantil		Valor	25.000
	Produto	Materiais didáticos e material escolar para estudantes			

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0620 Educação, Transformação e Inovação

OBJETIVO: Construir uma base de Educação pautada em uma proposta educacional que visa a qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes, com práticas educativas adequadas às necessidades sociais e culturais.

Público Alvo: Estudantes do Ensino Fundamental

Justificativa: Tendo em vista o papel da Educação na formação de sujeitos, faz-se necessário oferecer condições para que os estudantes sejam agentes da melhoria de sua qualidade de vida, através de aprendizagens significativas que promovam o desenvolvimento econômico social e cultural.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00) 2.025
Total do Programa: 3.618.800

TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO		
A	Ação: 048 - Gestão do Ensino Fundamental	Setor	Meta		1
	Objetivo: Gerir e coordenar o Ensino Fundamental, a fim de cumprir com as necessidades do setor e o desenvolvimento do ensino. Despesas com Pessoal e Encargos sociais, auxílio alimentação, diárias, plano de saúde, passagens e despesas com locomoção, material de consumo, serviços de terceiros, equipamentos e material permanente e demais despesas.				
	Função: 12 - Educação				
	Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
	Produto				
	Ação: 005 - Construção, Ampliação, Reforma e Adequação de Escola de Ensino Fundamental				
	Objetivo: Ampliar, adequar e equipar os espaços físicos da instituição de ensino, afim de atender a demanda crescente de alunos matriculados e disponibilizar espaços de convivência, recreação, lazer e diversão aos estudantes.				
	Função: 12 - Educação				
	Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
	Produto				
P	Ação: 049 - Implementação da Inclusão Digital	m²	Meta		450
	Objetivo: Espaços escolares construídos, ampliados, reformados e adequados				
	Função: 12 - Educação				
	Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
	Produto				
	Ação: 049 - Implementação da Inclusão Digital				
	Objetivo: Inserir e aprimorar o uso de Tecnologias Educacionais com o intuito de estimular a inclusão digital no processo de ensino aprendizagem.				
	Função: 12 - Educação				
	Subfunção: 365 - Educação Infantil				
	Produto				
A	Ação: 050 - Ampliação e Atualização de Acervos Bibliográficos	Livros	Meta		20
	Objetivo: Estimular a leitura e incentivar a inclusão da literatura nas propostas pedagógicas, instigando a imaginação e a criatividade.				
	Função: 12 - Educação				
	Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
	Produto				
	Ação: 051 - Ofertar Serviços Educacionais				
	Objetivo: Criar condições para a contratação de profissionais que desenvolvam propostas inovadoras e diferenciadas através da arte e da cultura.				
	Função: 12 - Educação				
	Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
	Produto				
A	Ação: 052 - Aquisição de Materiais de Apoio Pedagógico	Alunos e professores	Meta		25%
	Objetivo: Qualificar a Educação e melhorar os índices do IDEB por meio da aquisição de materiais didáticos.				
	Função: 12 - Educação				
	Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
	Produto				
	Ação: 052 - Aquisição de Materiais de Apoio Pedagógico				
	Objetivo: Qualificar a Educação e melhorar os índices do IDEB por meio da aquisição de materiais didáticos.				
	Função: 12 - Educação				
	Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
	Produto				



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0630 Valorizar é Reconhecer e Incentivar

OBJETIVO: Proporcionar aos servidores públicos da Educação valorização profissional e formação continuada, para que estes sintam-se motivados a desenvolver um trabalho de excelência junto ao Município de Cotiporã.

Público Alvo: Profissionais da Educação

Justificativa: A valorização do profissional no ambiente de trabalho traz mais satisfação na equipe, melhorando o clima organizacional e gerando aumento na produtividade, além de estimular a busca pela qualificação profissional e crescimento pessoal.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)

Total do Programa:				2.025	31.500
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO		
			2.025		
A	Ação:	Carga horária	Meta		
	Objetivo:				
	Função:				
	Subfunção:				
	Produto				
A	Ação:	Carga horária	Meta		
	Objetivo:				
	Função:				
	Subfunção:				
	Produto				



PROGRAMA:

0640 Nutrinindo o Saber

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

OBJETIVO:

A escola é um espaço privilegiado para a construção e a consolidação de práticas alimentares saudáveis, pois é um ambiente no qual, atividades voltadas à educação alimentar e nutricional podem apresentar grande repercussão.

Público Alvo:

Alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino

Justificativa:

O Projeto Nutrinindo o Saber veio para consolidar a Educação Nutricional nas nossas escolas, integrando estratégias e programas para fortalecer os bons hábitos alimentares e incentivar mudanças, fazendo com que o próprio aluno tenha o poder de decisão e opte pelo melhor para a sua saúde.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)

Total do Programa:

				2.025
				582.500
TIPO		Ações/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO
A	Ação:	055 - Ofertar Merenda Escolar de Qualidade e Valores Nutricionais Equilibrados	Alunos	Meta
	Objetivo:	Garantir a merenda escolar para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, com alimentação balanceada e valores nutricionais ideais para uma boa qualidade de vida, proporcionando alimentos minimamente processados e priorizando os produtos fornecidos através da agricultura familiar.		100%
	Função:	12 - Educação		
	Subfunção:	306 - Alimentação e Nutrição	Física	
	Produto	Merenda escolar	Valor	380.000
A	Ação:	056 - Atividades e Oficinas de Culinária Nutricional	Turmas	Meta
	Objetivo:	Intensificar e qualificar as atividades nutricionais educativas, a fim de instigar o consumo de alimentos saudáveis e nutritivos.		100%
	Função:	12 - Educação		
	Subfunção:	306 - Alimentação e Nutrição	Física	
	Produto	Atividades, oficinas e materiais	Valor	2.500
A	Ação:	057 - Gestão da Merenda Escolar	Unidade	Meta
	Objetivo:	Coordenar, organizar, elaborar e executar as atividades relacionadas à alimentação escolar. Despesas com pessoal e encargos sociais, auxílio alimentação, diárias, passagens e despesas com locomoção, plano de saúde, material de consumo e serviços de terceiros.		1
	Função:	12 - Educação		
	Subfunção:	122 - Administração Geral	Física	
	Produto	Atividade Mantida	Valor	200.000

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0650 Caminhos da Escola

OBJETIVO:

Universalizar o transporte escolar com qualidade e segurança aos estudantes cotiporarenenses, a fim de facilitar o acesso destes às Instituições de Ensino.

Público Alvo:

Estudantes Cotiporarenenses

Justificativa:

Devido a nuclearização das escolas no centro do Município, o transporte tornou-se essencial para garantir acesso seguro e com qualidade aos estudantes.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)

Total do Programa:

				2.025
				1.570.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO	2.025
A	Ação: 058 - Manutenção do Transporte Escolar da Educação Infantil	Linhas	Meta	6
	Objetivo: Ofertar transporte escolar seguro e de qualidade para todos os estudantes cotiporarenenses, a fim de facilitar o acesso às Escolas da Educação Infantil.			
	Função: 12 - Educação			
	Subfunção: 365 - Educação Infantil		Física	
	Produto Transporte escolar		Valor	300.000
A	Ação: 059 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	Linhas	Meta	6
	Objetivo: Ofertar transporte escolar seguro e de qualidade para todos os estudantes cotiporarenenses, a fim de facilitar o acesso às Escolas de Ensino Fundamental.			
	Função: 12 - Educação			
	Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		Física	
	Produto Transporte escolar		Valor	900.000
A	Ação: 060 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio	Linhas	Meta	6
	Objetivo: Ofertar transporte escolar seguro e de qualidade para todos os estudantes cotiporarenenses, a fim de facilitar o acesso às Escolas do Ensino Médio.			
	Função: 12 - Educação			
	Subfunção: 362 - Ensino Médio		Física	
	Produto Transporte escolar		Valor	160.000
A	Ação: 061 - Manutenção dos Veículos Escolares	Equipamentos	Meta	4
	Objetivo: Ofertar transporte escolar de qualidade com veículos próprios, garantindo uma maior segurança e conforto aos estudantes Cotiporarenenses. Despesas com material de consumo (combustíveis, lubrificantes, peças, pneus e demais materiais), serviços de terceiros (consertos, seguros, taxas, inspeção e demais serviços), necessários para manutenção dos mesmos.			
	Função: 12 - Educação			
	Subfunção: 368 - Educação Básica		Física	
	Produto Veículos		Valor	210.000



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0660 Uma Escolha para Novos Horizontes

OBJETIVO: Instigar jovens e adultos cotiporанenses a buscar formação de nível superior.

Público Alvo: Estudantes do Ensino Superior

Justificativa: A fim de incentivar a formação em nível superior de jovens e adultos cotiporанenses o município dispõe de recursos próprios para auxiliar os acadêmicos no custo do transporte.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				100.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO
OE	Ação:	001 - Apoio aos Estudantes Universitários	Entidade	Meta
	Objetivo:	Auxiliar os estudantes de nível superior no pagamento do transporte até as entidades que ofereçam cursos de graduação e pós-graduação.		
	Função:	12 - Educação		
	Subfunção:	364 - Ensino Superior		1
	Produto	Estudantes universitários		Física
				Valor
				100.000

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0670 Juntos em Movimento

OBJETIVO: Oportunizar atividades de esporte e lazer às crianças, jovens e adolescentes cotiporанenses estimulando a saúde mental, corporal e relações socioafetivas.

Público Alvo: Crianças e adolescentes cotiporанenses

Justificativa: O esporte e o lazer são direitos fundamentais para a garantia do desenvolvimento social do sujeito, através deles é possível propiciar a inclusão social, oportunidades múltiplas de aprendizagens e desenvolvimento humano.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)			2.025
Total do Programa:			325.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO 2.025
A	Ação: 062 - Gestão do Desporto	Setor	Meta
	Objetivo: Gerir e coordenar o setor do Desporto, a fim de suprir as demandas e necessidades. Despesas com pessoal e encargos sociais, auxílio alimentação, diárias, passagens e despesas com locomoção, plano de saúde, material de consumo, serviços de terceiros, equipamentos e materiais permanentes e outras despesas.		
	Função: 27 - Desporto e Lazer		
	Subfunção: 122 - Administração Geral		
	Produto: Gestão, coordenação, manutenção e desenvolvimento do Setor de Desporto		
	Ação: 063 - Constituir Propostas Desportivas, Coordenadas e Qualificadas para a Prática do Esporte e de Atividades Físicas		
A	Objetivo: Incentivar a participação de crianças e adolescentes em práticas esportivas e atividades física, instigando a socialização e a busca por qualidade de vida.	Atividades	Meta
	Função: 27 - Desporto e Lazer		
	Subfunção: 812 - Desporto Comunitário		
	Produto: Práticas esportivas e atividades físicas		
	Ação: 008 - Parques, Complexos Esportivos Construídos, Reformados e Adequados		
	Objetivo: Garantir infraestrutura adequada aos parques e complexos esportivos, a fim de possibilitar a realização de diferentes atividades de esporte e lazer.		
P	Função: 27 - Desporto e Lazer	Complexos esportivos	Meta
	Subfunção: 812 - Desporto Comunitário		
	Produto: Parques e complexos esportivos		
	Ação: 064 - Parcerias com Entidades para o Desenvolvimento do Esporte		
	Objetivo: Estabelecer parcerias com entidades locais, a fim de proporcionar ambientes adequados à prática do esporte e de atividades de lazer.		
	Função: 27 - Desporto e Lazer		
A	Subfunção: 812 - Desporto Comunitário	Entidade	Meta
	Produto: Entidades		
	Ação: 002 - Apoio à Entidades para o Desenvolvimento do Esporte e Lazer		
	Objetivo: Incentivar o desenvolvimento do esporte amador, com o intuito de promover a prática esportiva no município, a inclusão social, a integração entre as Comunidades do município e descobrindo novos talentos locais.		
	Função: 27 - Desporto e Lazer		
	Subfunção: 812 - Desporto Comunitário		
OE	Produto: Entidades	Entidade	Meta
	Ação: 002 - Apoio à Entidades para o Desenvolvimento do Esporte e Lazer		
	Objetivo: Incentivar o desenvolvimento do esporte amador, com o intuito de promover a prática esportiva no município, a inclusão social, a integração entre as Comunidades do município e descobrindo novos talentos locais.		
	Função: 27 - Desporto e Lazer		
	Subfunção: 812 - Desporto Comunitário		
	Produto: Entidades		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0710 Gestão de Obras, Serviços Públicos e Trânsito

OBJETIVO: Promover a gestão político-administrativa da Secretaria visando à manutenção e aprimoramento das obras, serviços públicos e trânsito, fomentar o desenvolvimento da cidade de forma organizada incentivando que os espaços urbanos cumpram com a sua função social, bem como as melhorias e manutenção nos espaços rurais.

Público Alvo: População em geral

Justificativa: Necessidade de atendimento qualificado para a população e melhorias na qualidade de vida. Fornecer boas condições de trabalho, motivação e segurança aos servidores.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				3.595.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de	ANO	
A	Ação:	Unidade	Meta	1
	Objetivo:			
	Função:			
	Subfunção:			
	Produto			
A	Ação:	Unidade	Meta	10
	Objetivo:			
	Função:			
	Subfunção:			
	Produto			
A	Ação:	Unidade	Meta	1
	Objetivo:			
	Função:			
	Subfunção:			
	Produto			
A	Ação:	Unidade	Meta	1
	Objetivo:			
	Função:			
	Subfunção:			
	Produto			
A	Ação:	Unidade	Meta	1
	Objetivo:			
	Função:			
	Subfunção:			
	Produto			
P	Ação:	Equipamento	Meta	1
	Objetivo:			
	Função:			
	Subfunção:			
	Produto			
P	Ação:	Equipamento	Meta	1
	Objetivo:			
	Função:			
	Subfunção:			
	Produto			
P	Ação:	Equipamento	Meta	1
	Objetivo:			
	Função:			
	Subfunção:			
	Produto			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0720 Saneamento Básico e Sustentável

OBJETIVO:

Implantar, ampliar, promover melhorias e manutenções nas redes de sistema de concessão Municipal, bem como a coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, além da drenagem urbana, atendendo às exigências ambientais. Proporcionar acesso ao saneamento básico de qualidade para toda a população.

Público Alvo:

População em geral

Justificativa:

Segundo a Constituição Federal, o saneamento básico é o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. Já a Organização Mundial de Saúde define o saneamento básico como "o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeito deletério sobre o seu bem-estar físico, mental ou social". Atualmente nosso Município conta com coleta de lixo, tratamento de esgoto e redes de drenagem pluvial, contudo necessitamos evoluir em ambos os segmentos, pois, sabe-se que investindo em saneamento, economiza-se em saúde.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				80.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS		
			Unidade de Medida	ANO
A	Ação:	069 - Manutenção de Sistemas de Abastecimento de Água	Redes	Meta
	Objetivo:	Oferecer condições para o abastecimento de água potável da população do Município, prestado pela Secretaria, com aquisição de materiais, serviços e equipamentos.		2
	Função:	17 - Saneamento	Física	
	Subfunção:	511 - Saneamento Básico Rural	Valor	20.000
	Produto	Redes mantidas		
P	Ação:	012 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	Comunidades	Meta
	Objetivo:	Projetar, criar e ampliar redes de água, de modo a atender 100% da população do Município com o abastecimento de água potável. Contratação de serviços de terceiros, materiais e equipamentos.		2
	Função:	17 - Saneamento	Física	
	Subfunção:	511 - Saneamento Básico Rural	Valor	50.000
	Produto	Comunidades Beneficiadas		
P	Ação:	013 - Implantação de Redes de Esgoto Pluviais e Cloacais	Metros	Meta
	Objetivo:	Projetar, criar e ampliar redes de esgoto, de modo a atender 100% da população do Município. Contratação de serviços de terceiros, materiais e		500
	Função:	17 - Saneamento	Física	
	Subfunção:	512 - Saneamento Básico Urbano	Valor	10.000
	Produto	Redes Implantadas		

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0730 Desenvolvimento da Malha Viária Urbana

OBJETIVO: Promover melhorias na trafegabilidade das ruas, estradas, ciclovias e passeios municipais, por meio da pavimentação, reforma e melhorias em geral, além de aumentar e modernizar a malha viária pertencente ao Município, visando o aprimoramento das condições de mobilidade, transporte escolar, saúde e de outros usuários que utilizam as vias.

Público Alvo: População em geral

Justificativa: As intervenções em vias públicas são necessárias pois, demandam constante manutenção e melhorias, além de ser instrumento da promoção da cidadania, uso adequado dos recursos e respeito a população e transeuntes das vias. Condições dignas de trafegabilidade refletem diretamente na qualidade da saúde, saúde, transporte escolar e qualidade de vida.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				720.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO	2.025
A	Ação: 072 - Manutenção da Malha Viária e Passeios Públicos	Unidade	Meta	
	Objetivo: Oferecer condições de trafegabilidade, acessibilidade, mobilidade e segurança aos usuários das vias urbanas do Município. Contratação de serviços de terceiros, equipamentos e materiais.			
	Função: 15 - Urbanismo		Física	1
	Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana		Valor	150.000
	Produto Atividade mantida			
P	Ação: 015 - Abertura, Prolongamento, Pavimentação e Reforma de Vias Urbanas e Passeios Públicos	m²	Meta	
	Objetivo: Melhorar a mobilidade urbana, interligando as zonas populacionais, facilitando o deslocamento no meio urbano do Município. Contratação de serviços de terceiros, equipamentos e materiais.			5.000
	Função: 15 - Urbanismo		Física	
	Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana		Valor	500.000
	Produto Via abertas/Prolongadas/Pavimentadas/Reformadas			
A	Ação: 073 - Sinalização Vertical de Vias Urbanas	Unidade	Meta	
	Objetivo: Promover a sinalização das vias públicas por meio da instalação de placas indicativas, orientivas, de advertência e de regulamentação. Contratação de serviços de terceiros e demais materiais.			25
	Função: 15 - Urbanismo		Física	
	Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana		Valor	10.000
	Produto Placas colocadas			
A	Ação: 074 - Sinalização Horizontal de Vias Urbanas	m²	Meta	
	Objetivo: Promover a sinalização das vias públicas por meio de pinturas e faixas de segurança. Aquisição de materiais e mão de obra especializada.			500
	Função: 15 - Urbanismo		Física	
	Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana		Valor	30.000
	Produto Material pintado e fixado			
A	Ação: 075 - Manutenção de Ciclovias e Ciclofaixas	Unidade	Meta	
	Objetivo: Oferecer condições de trafegabilidade, acessibilidade, mobilidade e segurança aos usuários das ciclovias do Município. Contratação de serviços de terceiros, equipamentos e materiais.			1
	Função: 15 - Urbanismo		Física	
	Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana		Valor	30.000
	Produto Atividade mantida			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0740 Iluminação Para Todos

OBJETIVO:

Promover melhorias na Iluminação Pública Urbana e Rural, bem como a expansão e remodelagem tecnológica dos pontos de iluminação, melhorar o aspecto visual da cidade, fomentar o comércio, turismo e lazer noturno e proporcionar maior segurança e conforto a população e aos usuários que transitam nas vias. Aperfeiçoar as redes, visando o desenvolvimento industrial e incentivo às práticas agrícolas sustentáveis, além de incentivar a implementação de projetos de eficiência energética.

Público Alvo:

População em geral

Justificativa:

A iluminação pública é um direito da população e essencial para a qualidade de vida urbana e rural. É um instrumento de cidadania, que permite aos habitantes utilizarem com maior segurança e conforto, os espaços públicos no período noturno. Além disso, a iluminação valoriza e destaca o contexto paisagístico, embelezando das áreas verdes, monumentos e edificações, além de proporcionar segurança na mobilidade pois, orienta os percursos e demonstra com clareza as hierarquias viárias. É um equipamento que melhora a imagem da cidade e provoca a sensação de bem-estar da população.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				800.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO	2.025
A	Ação: 076 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	Pontos	Meta	
	Objetivo: Aquisição de materiais, equipamentos e serviço de terceiros, para manter a rede existente, garantindo o bom funcionamento e a segurança dos cotiporанenses.			
	Função: 15 - Urbanismo		Física	1.150
	Subfunção: 452 - Serviços Urbanos		Valor	600.000
P	Produto: Atividade Mantida			
	Ação: 018 - Aquisição de Equipamentos e Execução de Melhorias na Rede de Iluminação Pública	Pontos	Meta	
	Objetivo: Aquisição de materiais, equipamentos e serviço de terceiros, para garantir a visibilidade e segurança dos cotiporанenses.			
	Função: 15 - Urbanismo		Física	50
	Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana		Valor	200.000
	Produto: Rede de Iluminação Melhorada			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0750 PPI - Programa de Pavimentação do Interior

OBJETIVO: Pavimentar, manter, conservar e promover melhorias nas rodovias de concessão municipal, garantindo melhores níveis de qualidade dos materiais e técnicas, condizentes com as práticas e normas do setor, a fim de promover maiores níveis de segurança, salubridade, trafegabilidade, mobilidade, qualidade, durabilidade e acessibilidade, reduzindo os custos de restauração. Promover a eficiência do escoamento da produção, fomentando o desenvolvimento socioeconômico e progresso do Município.

Público Alvo: População em geral

Justificativa: As intervenções em estradas são tão necessárias quanto nas vias urbanas pois, demandam constante manutenção e melhorias, por meio de mobilização de maquinário, britagem e roçadas, são instrumento da promoção da cidadania e é uma forma de demonstrar o uso adequado dos recursos. O estado da trafegabilidade da via, reflete diretamente na qualidade da safra, saúde, transporte escolar e qualidade de vida. Além disso, são as estradas do interior que dão condição aos produtores rurais de escoarem a sua produção com qualidade e segurança. A fim de economizar tempo e recursos, a pavimentação asfáltica faz-se necessária. Estes argumentos refletem diretamente no desenvolvimento socioeconômico e progresso do Município.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)			2.025
Total do Programa:			2.805.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO
P	Ação: 019 - Pavimentação de Estradas Municipais	m²	Meta
	Objetivo: Melhorar a trafegabilidade, beneficiando diretamente os moradores lndeiros e indiretamente todo o Município. Favorecendo também o escoamento da produção e incentivo ao turismo. Projetos de engenharia, aquisição de materiais e serviços de terceiros, detonação.		8.000
	Função: 26 - Transporte	Física	
	Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário	Valor	1.500.000
	Produto Estrada pavimentada		
A	Ação: 077 - Manutenção, Conservação e Restauração de Estradas Municipais	Km	Meta
	Objetivo: Oferecer condições de trafegabilidade, acessibilidade, mobilidade e segurança aos usuários das vias. Aquisição de materiais para manutenção de estradas, equipamentos e serviços de terceiros.		450
	Função: 26 - Transporte	Física	
	Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário	Valor	1.250.000
	Produto Atividade Mantida		
A	Ação: 078 - Sinalização Vertical de Linhas e Comunidades do Interior	Unidade	Meta
	Objetivo: Promover a sinalização das estradas por meio da instalação de placas indicativas, orientivas, de advertência e de regulamentação. Contratação de serviços de terceiros e demais materiais.		30
	Função: 23 - Comércio e Serviços	Física	
	Subfunção: 695 - Turismo	Valor	5.000
	Produto Placas colocadas		
A	Ação: 079 - Sinalização Horizontal de Linhas e Comunidades do Interior	M²	Meta
	Objetivo: Promover a sinalização horizontal das estradas públicas por meio de pinturas, faixas de segurança, aquisição e instalação de tachas, tachinhas, defensas metálicas e demais materiais, além de mão de obra especializada.		300
	Função: 23 - Comércio e Serviços	Física	
	Subfunção: 695 - Turismo	Valor	10.000
	Produto Material pintado e fixado		



P	Ação:	020 - Construção de Bueiros, Sarjetas e Drenagens		
	Objetivo:	Realizar a drenagem pluvial das estradas, garantindo a conservação e manutenção do leito carroçável, impedindo o estrago ocasionado por intempéries.		
	Função:	26 - Transporte		
	Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário		
	Produto	Drenagens Construídas		
A	Ação:	080 - Manutenção e Conservação de Pontes		
	Objetivo:	Garantir a segurança, a mobilidade, a trafegabilidade dos usuários das estradas do município. Contratação de serviços de terceiros, equipamentos e		
	Função:	15 - Urbanismo		
	Subfunção:	451 - Infraestrutura Urbana		
	Produto	Pontes conservadas		
		Metros	Meta	
			Física	500
			Valor	20.000
		Pontes	Meta	7
			Física	
			Valor	20.000

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0760 Conservando o Patrimônio Público

OBJETIVO: Promover ações contínuas como manutenção, reforma, adequação, restauração, conservação e construção de edificações públicas, bem como torná-las acessíveis a todos. Atualização constante dos equipamentos e ambiente, afim de proporcionar melhores condições de trabalho. Promover a qualificação continuada dos recursos humanos, a modernização dos sistemas de informação, reforma e manutenção de unidades operativas, para melhoria do desempenho funcional e operacional do setor público.

Público Alvo: População em geral

Justificativa: Necessidade de atendimento qualificado e de servidores motivados. Melhorar o atendimento à população e bem estar dos servidores através de readequação de prédios públicos.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				420.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS		
			Unidade de Medida	ANO
A	Ação:	081 - Manutenção e Conservação dos Edifícios Públicos	Unidade	Meta
	Objetivo:	Aquisição de materiais e contratação de serviços diversos para manutenção dos imóveis, evitando a depreciação, realizando as manutenções periódicas.		
	Função:	04 - Administração		2.025
	Subfunção:	122 - Administração Geral	Física	1
	Produto	Atividade mantida	Valor	60.000
P	Ação:	022 - Reforma de Edifícios Públicos	Unidade	Meta
	Objetivo:	Aquisição de materiais e contratação de serviços diversos para execução de obras nos edifícios públicos, visando melhorar o atendimento a população.		
	Função:	04 - Administração		1
	Subfunção:	122 - Administração Geral	Física	50.000
	Produto	Atividade mantida	Valor	
A	Ação:	082 - Implantação e Atualização dos PPCI's dos Edifícios Públicos	Unidade	Meta
	Objetivo:	Projeto, execução de Plano de Prevenção de Incêndio conforme a Lei nº 13.425 de 30 de março de 2017, garantindo a segurança dos usuários dos prédios públicos. Material e serviços de terceiros.		2
	Função:	04 - Administração	Física	30.000
	Subfunção:	122 - Administração Geral	Valor	
	Produto	Planos de Prevenção de Incêndio implantados		
P	Ação:	023 - Acessibilidade dos Edifícios Públicos	Unidade	Meta
	Objetivo:	Projeto, execução conforme a Lei nº 10.098 de 19 dezembro de 2000, garantindo a segurança dos usuários com mobilidade reduzida, nos prédios públicos. Material e serviços de terceiros.		1
	Função:	04 - Administração	Física	
	Subfunção:	122 - Administração Geral	Valor	30.000
	Produto	Espaços adaptados		
P	Ação:	024 - Ampliação, Remodelação, Reforma e Melhorias no Cemitério Municipal	Unidade	Meta
	Objetivo:	Adequações necessárias para otimizar espaços, garantir a segurança no cemitério municipal, instalação de equipamentos e aquisição de área de terras para ampliação.		1
	Função:	15 - Urbanismo	Física	
	Subfunção:	451 - Infraestrutura Urbana	Valor	250.000
	Produto	Cemitério Ampliado/Melhorado		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0770 Caminhos do Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana

OBJETIVO:

Promover e apoiar o desenvolvimento urbano do Município. Auxiliar os municípios nos acessos à moradia, construção de passeios públicos, construção de jazigos e melhorias na infraestrutura das propriedades do perímetro urbano.

Público Alvo:

População Urbana

Justificativa:

Necessidade de promover o desenvolvimento com qualidade do perímetro urbano.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				10.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS		
	Ação:	083 - Apoio a Infraestrutura Urbana	Unidade de Medida	ANO
A	Objetivo:	Auxiliar os municípios, visando incentivar a construção de passeios, melhorias em acessos, adequações em jazigos e apoio a infraestrutura de propriedades, melhorando a qualidade de vida da população. Aquisição de materiais e equipamentos.		
	Função:	15 - Urbanismo		
	Subfunção:	451 - Infraestrutura Urbana		
	Produto	Atividade Mantida	Meta	
			Física	1
			Valor	10.000,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0810 Desenvolvimento Econômico e Sustentável

OBJETIVO: Incentivar a produção local da base familiar, proporcionar sustentabilidade das propriedades rurais, incentivando assim aos jovens a permanecer no meio rural e aumentar a geração de renda, proporcionando condições socioeconômicas às famílias. Incentivar a implantação e melhoria de agroindústrias. Incentivar a implantação e melhoria da economia do Município através das indústrias, comércios e prestadores de serviços.

Público Alvo: Produtores Rurais, Indústria e Comércio do Município

Justificativa: Fomentar a agricultura do Município é incentivar o produtor rural desde o pequeno porte até o grande porte, através de auxílios que tragam benefícios tanto para o agricultor quanto para o Município, fazendo com que os mais jovens permaneçam no meio rural. Este auxílio é realizado através de assistência técnica e prestação de serviços, incentivo a irrigação, agroindústrias, associações, conselhos de desenvolvimento, beneficiando os produtores com programas, como troca-troca de sementes, fornecimento de brita, areia, calcário, composto orgânico e horas de máquinas. Auxiliando também a indústria e comércio local, para que os mesmos se sintam valorizados e cresçam em nosso Município.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				531.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO	
A	Ação: 084 - Fomentar a Agricultura do Município	Produtores	Meta	
	Objetivo: Auxílios ao produtor rural, através de fornecimento de brita, frete, areia, calcário, composto orgânico, horas de máquina e outros.			
	Função: 20 - Agricultura		Física	1137
	Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária		Valor	350.000
	Produto: Produtor Assistido			
A	Ação: 085 - Assistência Técnica e Prestação de Serviços aos Produtores Rurais	Agricultor	Meta	
	Objetivo: Contratação de empresa especializada em alimentos orgânicos para assistência técnica aos produtores rurais, e apoio a Emater para prestação de serviços.			1137
	Função: 20 - Agricultura		Física	
	Subfunção: 606 - Extensão Rural		Valor	85.000
	Produto: Agricultor Atendido			
A	Ação: 086 - Incentivo a Agroindústrias, Associações e Conselhos de Desenvolvimento	Unidade	Meta	
	Objetivo: Auxílios através de fornecimento de brita, areia, horas de máquina e outros.			5
	Função: 20 - Agricultura		Física	
	Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária		Valor	6.000
	Produto: Atividade Mantida			
A	Ação: 087 - Incentivo à Irrigação	Famílias	Meta	
	Objetivo: Subsídio no valor dos serviços de horas máquinas para construção de açudes, barragens, cisternas e outros			8
	Função: 20 - Agricultura		Física	
	Subfunção: 607 - Irrigação		Valor	5.000
	Produto: Famílias atendidas			



A	Ação:	088 - Realização do Programa Troca-Troca de Sementes		
	Objetivo:	Realização da campanha troca-troca de sementes de milho, em parceria com o Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado.		
	Função:	20 - Agricultura		
	Subfunção:	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
	Produto	Sacas Adquiridas		
A	Ação:	089 - Fomentar à Indústria e Comércio do Município		
	Objetivo:	Auxílios através de fornecimento de brita, areia, horas de máquina e outros. Estudo para aquisição de terrenos.		
	Função:	22 - Indústria		
	Subfunção:	661 - Promoção Industrial		
	Produto	Atividade Mantida		
		Sacas	Meta	
			Física	101
			Valor	80.000
		Unidade	Meta	1
			Física	
			Valor	5.000

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0820 Desenvolvimento e Manutenção da Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio

OBJETIVO:

Gerir e manter as atividades da Secretaria. Desenvolver ações que visam a manutenção e renovação da frota, através de equipamentos motomecanizados, visando obter maior produtividade. Promover o desenvolvimento de empreendedores através de infraestrutura, treinamento, feiras, eventos e afins. Promover a capacitação dos servidores municipais. Criação do Programa Municipal de Assistência Técnica.

Público Alvo:

Servidores públicos lotados na Secretaria e empreendedores do Município

Justificativa:

Desenvolver ações e atividades que tragam a renovação da dos veículos da Secretaria, capacitação dos servidores municipais, através de cursos, workshop. Promoção de feiras e demais eventos que capacite os empreendedores cotiporãenses.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				1.866.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO	
A	Ação: 090 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio	Unidade	Meta	1
	Objetivo: Aquisição de móveis e equipamentos. Manutenção das atividades da Secretaria, pessoal e encargos sociais, diárias, plano de saúde, passagens e despesas com locomoção, auxílio alimentação, serviços de terceiros, material de consumo e demais despesas.		Física	
	Função: 20 - Agricultura		Valor	
	Subfunção: 122 - Administração Geral			
	Produto: Atividade Mantida			
P	Ação: 025 - Renovação da Frota de Máquinas, Veículos e Equipamentos	Equipamentos	Meta	1
	Objetivo: Renovação da frota, através de equipamentos motomecanizados, como carros, caminhões e máquinas.		Física	
	Função: 20 - Agricultura		Valor	
	Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária			
	Produto: Equipamento Adquirido			
A	Ação: 091 - Manutenção da Frota	Equipamentos	Meta	16
	Objetivo: Realizar a manutenção da frota municipal, realizando manutenção preventiva nas máquinas, caminhões e carros, além dos reparos necessários.		Física	
	Função: 20 - Agricultura		Valor	
	Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária			
	Produto: Equipamentos Mantidos			
A	Ação: 092 - Capacitação e Treinamento de Servidores	Servidores	Meta	5
	Objetivo: Ofertar cursos e treinamentos aos servidores da Secretaria		Física	
	Função: 20 - Agricultura		Valor	
	Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos			
	Produto: Servidores			
A	Ação: 093 - Incentivo ao Desenvolvimento de Empreendedores	Unidade	Meta	1
	Objetivo: Promover o desenvolvimento de empreendedores através de infraestrutura, treinamento, feiras, eventos e afins.		Física	
	Função: 23 - Comércio e Serviços		Valor	
	Subfunção: 691 - Promoção Comercial			
	Produto: Atividade Mantida			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0830 Sanidade Animal e Segurança Alimentar

OBJETIVO:

Fomentar a vacinação contra a brucelose e promover campanhas de conscientização para manutenção da sanidade do rebanho municipal. Promover a realização de campanhas de vacinação e cuidados periódicos veterinários pela Secretaria de Agricultura. Incentivar à legalização de agroindústrias e o aperfeiçoamento de suas práticas sanitárias. Capacitação de servidores para melhor atender às agroindústrias familiares ou de maior porte, buscando a excelência na inspeção sanitária, proporcionando maior valor agregado aos produtos e segurança alimentar aos consumidores, gerando assim mais renda e emprego.

Público Alvo: Servidores Municipais, Produtores Rurais e Empreendimentos de alimentos de origem animal

Justificativa:

Dar auxílio necessário para o produtor, através da realização e campanhas informativas, manter os sistemas já existentes (SIM e SUSAF) e estruturar e implementar o SISBI (Sistema Brasileiro Inspeção) que irá proporcionar a possibilidade de adesão de mais empreendimentos. Para que isso aconteça será fornecido aos servidores capacitações e treinamentos referentes ao assunto.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				4.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO	2.025
A	Ação: 094 - Combate a Brucelose e Demais Zoonoses	Animais	Meta	500
	Objetivo: Realizar a vacinação contra a brucelose e promover campanhas de conscientização para manutenção da sanidade do rebanho municipal e ofertar cuidados periódicos veterinários.			
	Função: 20 - Agricultura			
	Subfunção: 609 - Defesa Agropecuária		Física Valor	2.000
	Produto: Animais vacinados			
A	Ação: 095 - Manutenção do SIM e SUSAF e Estruturação e Implementação do SISBI	Agroindústria	Meta	4
	Objetivo: Incentivar à legalização de agroindústrias e o aperfeiçoamento de suas práticas sanitárias, manter a estrutura e os atendimentos do SIM e SUSAF e proporcionar a implementação do SISBI no Município.			
	Função: 20 - Agricultura			
	Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária		Física Valor	2.000
	Produto: Agroindústrias fiscalizadas			

PROGRAMA: 0950 Controle da Natalidade de Cães e Gatos no Município

OBJETIVO:

Promover o Controle populacional de cães e Gatos através da castração cirúrgica, de modo a reduzir a proliferação destes animais em situação de abandono, vítimas de maus tratos e pertencentes a famílias beneficiadas por políticas públicas socioeconômicas ou enquadradas como de "baixa renda". Realizar ações de caráter educativo, que promovam os cuidados com estes animais, sensibilizando a comunidade para que contribuam no controle futuro desta população.

Público Alvo:

Cães e Gatos do município

Justificativa:

Com a implantação desse programa de castração de cães e gatos no Município de cotiporã, uma série de problemáticas oriundas do descontrole populacional de cães e gatos será evitada, promovendo um maior bem-estar a estes animais e à população em geral. Em suma, busca-se através do referido programa, um controle de natalidade de cães e gatos, com atendimento prioritário para os animais de rua, que se encontrem em lar temporário e que vivem junto a famílias de baixa renda, incluindo no programa, animais cujos proprietários não se enquadrem nos requisitos mencionados, e que sejam residentes no município, respeitada a ordem prioritária e limitado a uma castração ao ano. Além de realizar ações educativas nos meios de comunicação para conscientizar o público sobre a posse responsável de animais domésticos.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				20.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS			
A	Ação:	112- Realização de procedimentos de contracepção Cirúrgica de Cães e Gatos	Unidade de Medida	ANO
	Objetivo:	Implementar o Programa de controle populacional de cães e gatos no município, através da castração, reduzindo a quantidade desses animais abandonados em vias públicas, promovendo o bem estar animal e controle de zoonoses. Realizar ações de caráter educativo, que promovam os cuidados com estes animais, sensibilizando a comunidade para que contribuam no controle futuro desta população.	Procedimentos	Meta
	Função:	20 - Agricultura		
	Subfunção:	304 - Vigilância Sanitária	Física	120
	Produto	Cães e Gatos	Valor	20.000

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0840 Gestão e Educação Ambiental

OBJETIVO: Fomento a Gestão Ambiental, visando a conservação e uso racional dos recursos naturais. Promover campanhas de conscientização ambiental, proteção da biodiversidade, do patrimônio ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Público Alvo: Servidores municipais e população em geral

Justificativa: Incentivar a proteção ambiental no município de Cotiporã, através da preservação de nascentes, rios e matas. Implementar a arborização urbana e rural, através de estudos. Fornecer treinamento necessários aos servidores para manter o Departamento de Meio Ambiente.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				815.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS		
			Unidade de Medida	ANO
A	Ação:	096 - Implantação Gradativa de Plano de Arborização Urbana e Rural	Mudas	Meta
	Objetivo:	Realizar o diagnóstico da situação atual e posterior implementação e aquisição de mudas, estacas e insumos.		
	Função:	18 - Gestão Ambiental		Física
	Subfunção:	541 - Preservação e Conservação Ambiental		Valor
	Produto	Mudas Plantadas		
A	Ação:	097 - Manutenção do Departamento do Meio Ambiente	Unidade	Meta
	Objetivo:	Aquisição de móveis e equipamentos, diárias, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, material de consumo e demais despesas.		
	Função:	18 - Gestão Ambiental		Física
	Subfunção:	122 - Administração Geral		Valor
	Produto	Atividade Mantida		
A	Ação:	098 - Capacitação e Treinamento de Servidores	Servidores	Meta
	Objetivo:	Ofertar cursos e treinamentos aos servidores do Departamento.		
	Função:	18 - Gestão Ambiental		Física
	Subfunção:	128 - Formação de Recursos Humanos		Valor
	Produto	Servidores Capacitados		
A	Ação:	099 - Proteção e Sustentabilidade do Meio Ambiente	Nascentes	Meta
	Objetivo:	Criação do programa municipal de proteção a nascentes. Aquisição de mudas nativas. Campanhas de educação ambiental, confeccionando materiais de divulgação. Criação da unidade de conservação municipal.		
	Função:	18 - Gestão Ambiental		Física
	Subfunção:	541 - Preservação e Conservação Ambiental		Valor
	Produto	Nascentes Preservadas		
A	Ação:	100 - Implantação de Lixeiras e Contêineres Coletivos Urbanos e Rurais	Equipamentos	Meta
	Objetivo:	Adquirir e manter os equipamentos destinados a coleta de resíduos sólidos na Área Urbana e na Zona Rural		
	Função:	17 - Saneamento		Física
	Subfunção:	512 - Saneamento Básico Urbano		Valor
	Produto	Equipamentos Instalados/recuperados		

A	Ação:	101 - Limpeza Urbana		
	Objetivo:	Administrar, executar e fiscalizar os serviços de limpeza urbana, tal como a contratação de serviços de terceiros, para execução da varrição, capina, poda, eliminar inços, ervas entre outros. Aquisição de materiais de consumo e serviços de terceiros.		
	Função:	15 - Urbanismo		
	Subfunção:	452 - Serviços Urbanos		
	Produto	Zona urbana limpa		
A	Ação:	102 - Manutenção do Serviços de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos		
	Objetivo:	Contratar, fiscalizar e garantir a coleta e o destino correto dos resíduos sólidos gerados no município; contratação de serviços de terceiros.		
	Função:	17 - Saneamento		
	Subfunção:	512 - Saneamento Básico Urbano		
	Produto	Atividade mantida		
		Unidade	Meta	
			Física	1
			Valor	300.000
			Meta	1
			Física	
			Valor	400.000



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0910 Gestão do Turismo e Cultura

OBJETIVO:

Custeio de despesas ligadas a manutenção e funcionamento da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, englobando material de expediente, material, equipamentos e mobiliários permanentes, custeio da folha de pagamento, indenizações e restituições trabalhistas, vale alimentação, diárias, passagens e despesas com locomoção e contratação de serviços de terceiros.

Público Alvo:

Servidores e colaboradores da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Justificativa:

A manutenção da estrutura da Secretaria é de extrema importância para o pleno funcionamento das atividades a serem realizadas pela pasta, objetivando a contratação de pessoal e serviços que são necessários para o funcionamento. Bem como, destaca-se a relevância da aquisição de materiais de uso diário e permanente para os prédios e locais vinculados a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				340.000
TIPO	AÇÕES/PRODUTOS	Unidade de Medida	ANO	2.025
A	Ação:	Unidade	Meta	
	Objetivo:			
	Função:			
	Subfunção:			
	Produto		Física	1
	Atividade Mantida		Valor	340.000

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0920 A Hora do Turismo

OBJETIVO:

Desenvolver o turismo no Município, através de ações que qualifiquem a infraestrutura turística existente com a visão de ampliar e implantar novos atrativos e produtos. Infraestrutura de acessos, sinalização, arborização, paisagismo e embelezamentos de pontos turísticos. Incentivar e apoiar os empreendimentos do segmento com a criação de um roteiro turístico que possa ser comercializado. Fortalecer vínculos com os roteiros e regiões já existentes. Viabilizar a construção de pórticos visando a demarcação e identificação dos principais acessos a cidade.

Público Alvo:

Moradores de Cotiporã, visitantes, empreendimentos com viés turístico

Justificativa:

O turismo é uma economia criativa e sustentável, através dele pode-se projetar o crescimento saudável de uma cidade. Cotiporã destaca-se pela quantidade de belezas naturais, o turismo de aventura é um dos viés com maior potencial para se desenvolver (cascatas, trilhas ecológicas, parque de aventura e outros). A atração de turistas se dá a partir do momento que o Município está preparado para receber e que possui uma rede de empreendimentos engajados e comprometidos com a atividade, além disso é necessário oferecer infraestrutura de acesso tanto de chegada como também nos pontos e negócios turísticos. Dar condições ao visitante através de uma boa sinalização, embelezamento nos pontos turísticos e centro urbano, bem como facilitar o acesso a informação através de materiais (impressos ou digitais) são ações extremamente necessárias para o bom funcionamento do turismo.

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				645.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS		
	Ação:	026 - Melhoria e Infraestrutura de Pontos Turísticos	Unidade de Medida	ANO
	Objetivo:	Reformas, manutenções, acessibilidade em pontos turísticos existentes. Instalação de equipamentos ou mobiliários urbanos visando a qualificação e boas condições para os frequentadores. Reforma da estrutura de Camping no Balneário Antônio Perin – Carreiro. Reforma e melhorias nos mirantes, grutas, igreja, cascatas, capiteis. Pavimentação de trecho na estrada para Cascata dos Marin (300m). Construção do mirante Morro do Céu (Burati).	Pontos	Meta
P	Função:	23 - Comércio e serviços		
	Subfunção:	695 - Turismo	Física	Valor
	Produto	Qualificação e Melhorias das Infraestruturas Novas e Existentes		50.000
	Ação:	104 - Qualificação e Promoção do Turismo Local	Unidade	Meta
A	Objetivo:	Criação de roteiros turísticos locais, realização de cursos, capacitações para o trade turístico estar apto a receber os visitantes, criação de materiais gráficos (impressos e digitais) para promoção dos diferentes segmentos do turismo (gastronomia, hospedagem, turismo de aventura, vinícolas, produções naturais e outros); eventos e promoções do Conselho Municipal de Turismo, produção de folders e materiais do município com viés turístico.		1
	Função:	23 - Comércio e serviços	Física	
	Subfunção:	695 - Turismo	Valor	15.000
	Produto	Atividade Mantida		
	Ação:	029 - Pavimentação da Rota Turística Águas e Vales	Km	Meta
	Objetivo:	Pavimentação asfáltica do trecho de 8 km ligando o município de Cotiporã a Dois Lajeados, através da Rota Turística Águas e Vales contemplando também a construção de mirante ao longo do percurso e reforçando os empreendimentos turísticos localizados naquela região.		0,5
P	Função:	26 - Transporte	Física	
	Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário	Valor	350.000
	Produto	Estrada Pavimentada		

P	Ação:	030 - Implantação, Ampliação e Melhoria de Praças, Parques e Jardins Públicos		
	Objetivo:	Construção de novos espaços de lazer, ampliação e melhorias em praças e parques já existentes. Qualificação de parques (playgrounds e construção de novos).		
	Função:	15 - Urbanismo		
	Subfunção:	451 - Infraestrutura Urbana		
A	Produto	Praças, parques e jardins		
	Ação:	105 - Paisagismo, Sinalização e Manutenção de Atrativos Turísticos, Praças, Parques e Jardins		
	Objetivo:	Sinalização adequada e de qualidade identificando todas os empreendimentos turísticos, pontos turísticos, praças, parques e demais áreas. Projetos de		
	Função:	23 - Comércio e serviços		
	Subfunção:	695 - Turismo		
P	Produto	Qualificação e Melhorias das Infraestruturas Novas e Existentes		
	Ação:	027 - Construção de Pórtico		
	Objetivo:	Estudo, elaboração de projeto e construção de pórtico com o intuito de demarcar os acessos ao Município. O mesmo deve possuir características e elementos relacionados a cultura, costumes, produções e história do Município.		
	Função:	23 - Comércio e serviços		
	Subfunção:	695 - Turismo		
	Produto	Pórtico		

Pontos		Meta	
		Física	8
		Valor	50.000
Percentual		Meta	
		Física	20%
		Valor	30.000
Unidade		Meta	
		Física	1
		Valor	150.000

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0930 Mais Cultura

OBJETIVO:

Promover ações que busquem oferecer atrativos culturais e festivos para o município, sua comunidade e também visitantes; aumentar a produção artística e cultural do município através do ensino das artes e consequentemente formação do público local; apoiar ações e iniciativas culturais; investir no complexo cultural da Casa da Cultura tornando o local referência para pesquisa, conhecimento e promoção de atividades culturais; preservação recuperação e valorização do patrimônio histórico edificado ou não; construção e manutenção de estruturas e equipamentos culturais para promoção de feiras, eventos exposições e outros; promover intercâmbio cultural e melhorias nas ações culturais.

Comunidade local (crianças, jovens, adultos e idosos), visitantes de outros Municípios e regiões, patrimônio histórico (material e imaterial), espaços culturais e estruturas com característica e vocação cultural.

Público Alvo:

Preservar, promover e valorizar a cultura de um povo é um dos legados mais valiosos que podemos entregar para as futuras gerações. O programa MAIS CULTURA visa abranger os diferentes segmentos desta importante e vasta pasta, presando pela manutenção e realização de eventos culturais com o intuito também de envolver entidades e outras representações nessa construção. Possuímos um complexo cultural considerado a casa das artes e da cultura, um local que precisa sem mantido, dar função e significado e para que a comunidade se aproprie é necessário criar atrativos e formas de envolver as pessoas, fazendo-as compreender que o papel de preservar uma história é função de todos.

Justificativa:

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				635.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS		
A	Ação:	106 - Realização e Divulgação de Festas e Eventos Municipais	Eventos	Meta
	Objetivo:	Promover eventos municipais que tenham como resultado a integração da comunidade com os visitantes. Buscar a realização de shows e atrativos que promovam o fortalecimento da cultura, das artes e do entretenimento.		
	Função:	São eventos gastronômicos, culturais, alusivos a datas comemorativas, feiras comerciais e industriais.		6
	Subfunção:	13 - Cultura	Física	
	Subfunção:	392 - Difusão Cultural	Valor	25.000
OE	Produto	Eventos e Divulgação	Entidades	
	Ação:	003 - Auxílio a Entidades Culturais		Meta
	Objetivo:	Repasse de recursos para as entidades: Centro Cultural e CTG Pousada dos Carreiros a fim de promover eventos e programações culturais para o município. Os recursos serão repassados a entidades com finalidade cultural através de termo de fomento, com plano de trabalho apresentado com antecedência ao Executivo Municipal.		2
	Função:	13 - Cultura	Física	
	Subfunção:	392 - Difusão Cultural	Valor	220.000
A	Produto	Entidades Beneficiadas	Unidade	
	Ação:	107 - Manutenção e Melhorias na Casa da Cultura, Museu, Biblioteca e Anfiteatro		Meta
	Objetivo:	Custeio de todas atividades relacionadas ao complexo cultural da Casa da Cultura, visando a manutenção das atividades, salvaguardando os acervos do museu, renovação de acervo bibliográfico, aquisição de materiais de expediente e permanentes para o local, promoção de cursos, palestras, oficinas dentro das temáticas do local.		1
	Função:	13 - Cultura	Física	
	Subfunção:	392 - Difusão Cultural	Valor	30.000
	Produto	Atividade Mantida		



A	Ação:	108 - Manutenção e Ampliação de Grupos Municipais		
	Objetivo:	Através dos grupos municipais promover o entretenimento das diferentes formas de arte para a comunidade, bem como oferecer através da		
	Função:	13 - Cultura		
	Subfunção:	392 - Difusão Cultural		
	Produto	Grupos Artísticos e Culturais		
P	Ação:	073 - Construção do Centro de Eventos		
	Objetivo:	Sediar eventos culturais e tradicionalistas em uma infraestrutura que ofereça segurança e conforto para a comunidade e visitantes. Possuir um espaço		
	Função:	13 - Cultura		
	Subfunção:	392 - Difusão Cultural		
	Produto	Área Construída		
		Grupos	Meta	
			Física	4
			Valor	160.000
		Edificação	Meta	1
			Física	
			Valor	200.000

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Cotiporã
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA: 0000 Encargos Especiais - Ações Não Integrantes do PPA

Dados Financeiros (em R\$ 1,00)				2.025
Total do Programa:				2.093.000
TIPO		AÇÕES/PRODUTOS		
OE	Ação:	004 - Amortização e Juros da Dívida Pública do Executivo com Financiamentos	Unidade de Medida	
	Objetivo:	Despesas com principal da amortização, encargos, juros e demais obrigações sobre contratos de financiamentos.	Contratos	
	Função:	28 - Encargos Especiais	Meta	3
	Subfunção:	843 - Serviços da Dívida Interna	Física	
OE	Produto	Dívida Amortizada	Valor	750.000
	Ação:	005 - Restituições de Saldos de Transferências Recebidas da União e Estado	Unidade	
	Objetivo:	Restituições de possíveis sobras ou rendimentos de contratos ou convênios.	Meta	2
	Função:	28 - Encargos Especiais	Física	
OE	Subfunção:	845 - Outras Transferências	Valor	2.000
	Produto	Restituições		
	Ação:	006 - Contribuição para Formação do PASEP	Unidade	
	Objetivo:	Despesas com contribuição ao PASEP	Meta	
OE	Função:	28 - Encargos Especiais	Física	1
	Subfunção:	846 - Outros Encargos Especiais	Valor	400.000
	Produto	PASEP		
	Ação:	007 - Ações Judiciais do Executivo Municipal	Ações	
OE	Objetivo:	Despesas com RPVs e Precatórios que o Município vier a ser condenado através de ações judiciais.	Meta	3
	Função:	28 - Encargos Especiais	Física	
	Subfunção:	846 - Outros Encargos Especiais	Valor	500.000
	Produto	Ações		
OE	Ação:	008 - Pagamento de Inativos e Pensionistas - Rec. Próprio	Inativos	
	Objetivo:	Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista	Meta	4
	Função:	28 - Encargos Especiais	Física	
	Subfunção:	846 - Outros Encargos Especiais	Valor	65.000
OE	Produto	Servidor Inativo		
	Ação:	999 - Reserva de Contingência do Executivo	Reserva	
	Objetivo:	Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos e utilização em aberturas de créditos adicionais.	Meta	1
	Função:	99 - Reserva de Contingência	Física	
OE	Subfunção:	999 - Reserva de Contingência		
	Produto	Reserva	Valor	376.000

Total geral Programas 2.025 37.319.300



MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

LDO 2025

ANEXO II - RESUMO DOS PROGRAMAS

Código do Programa	Descrição do Programa	Valor Global
0110	Execução da Ação Legislativa	616.500,00
0210	Gestão Institucional do Executivo	1.032.500,00
0220	Previne Cotiporã	20.000,00
0310	Modernização e Gestão da Administração	1.635.000,00
0320	Cuidando do servidor e de sua família	80.000,00
0410	Gestão da Administração Tributária e Financeira	1.028.000,00
0510	Gestão de Ações e Serviços de Saúde Pública	2.026.000,00
0520	Atenção Básica	3.000.000,00
0530	Atenção Especializada em Saúde	2.200.000,00
0540	Vigilância em Saúde	262.000,00
0550	Conselho Tutelar Ativo	180.000,00
0560	Gestão do Sistema Único de Assistência Social	518.000,00
0570	Proteção Social Básica	163.000,00
0580	Proteção Social Especial de Média Complexidade	201.000,00
0590	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	300.000,00
0595	COMDICA E FMDCA EM AÇÃO	2.000,00
0610	Primeiros passos na Educação	2.448.500,00
0620	Educação, Transformação e Inovação	3.618.800,00
0630	Valorizar é Reconhecer e Incentivar	31.500,00
0640	Nutrindo o Saber	582.500,00
0650	Caminhos da Escola	1.570.000,00
0660	Uma escolha para novos horizontes	100.000,00
0670	Juntos em Movimento	325.000,00
0710	Gestão de Obras, Serviços Públicos e Trânsito	3.595.000,00
0720	Saneamento Básico e Sustentável	80.000,00
0730	Desenvolvimento da malha viária urbana	720.000,00
0740	Iluminação Para Todos	800.000,00
0750	PPI - Programa de Pavimentação do Interior	2.805.000,00
0760	Conservando o Patrimônio Público	420.000,00
0770	Caminhos do Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana	10.000,00
0810	Desenvolvimento Econômico e Sustentável	531.000,00
0820	Desenvolvimento e Manutenção da Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio	1.866.000,00
0830	Sanidade Animal e Segurança Alimentar	4.000,00
0950	Controle da natalidade de cães e gatos no município	20.000,00
0840	Gestão e Educação Ambiental	815.000,00
0910	Gestão do Turismo e Cultura	340.000,00
0920	A Hora do Turismo	645.000,00
0930	Mais Cultura	635.000,00
0000	Encargos Especiais - Ações Não Integrantes do PPA	2.093.000,00
TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS ----- >		37.319.300,00

MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

ANEXO III - CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO DE GOVERNO

LDO 2025

Programa		Função	Subfunção	Valor Global
0110 - Execução da Ação Legislativa	A001 - Manutenção das atividades do Poder Legislativo	01 - Legislativa	031 - Ação Legislativa	610.000,00
	A002 - Publicidade legal e transparência das Ações do Legislativo	01 - Legislativa	131 - Comunicação Social	2.000,00
	A003 - Manutenção e Melhorias no espaço físico da Câmara Municipal	01 - Legislativa	031 - Ação Legislativa	3.000,00
	A004 - Capacitação profissional no Legislativo	01 - Legislativa	128 - Formação de Recursos Humanos	1.500,00
0210 - Gestão Institucional do Executivo	A005 - Gestão das Atividades do Gabinete	04 - Administração	122 - Administração Geral	920.000,00
	A006 - Formação e capacitação profissional	04 - Administração	128 - Formação de Recursos Humanos	2.500,00
	A007 - Gestão das atividades do Controle Interno	04 - Administração	124 - Controle Interno	70.000,00
	A008 - Comunicação e transparência institucional	04 - Administração	131 - Comunicação Social	40.000,00
0220 - Previne Cotiporã	A009 - Política Municipal da Defesa Civil	06 - Segurança Pública	182 - Defesa Civil	5.000,00
0310 - Modernização e Gestão da Administração	P001 - Instalação e Manutenção de Vídeo Monitoramento	06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	15.000,00
	A010 - Gestão das Atividades da Secretaria de Administração	04 - Administração	122 - Administração Geral	1.600.000,00
	A011 - Formação e capacitação profissional	04 - Administração	122 - Administração Geral	5.000,00
	A012 - Manutenção de Consórcios Públicos	04 - Administração	122 - Administração Geral	30.000,00
0320 - Cuidando do servidor e de sua família	A013 - Oferecer plano de saúde e garantir a prevenção e o cuidado com a vida	04 - Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	80.000,00
	A014 - Gestão das atividades da Secretaria da Fazenda	04 - Administração	122 - Administração Geral	1.000.000,00
	A015 - Integração Tributária e Educação Fiscal	04 - Administração	129 - Administração de Receitas	25.000,00
	A016 - Formação continuada dos servidores da Secretaria da Fazenda	04 - Administração	128 - Formação de Recursos Humanos	3.000,00
0510 - Gestão de Ações e Serviços de Saúde Pública	A017 - Contratar Serviços para Garantir a Integralidade da Assistência a Saúde	10 - Saúde	301 - Atenção Básica	30.000,00
	A018 - Realizar capacitação aos profissionais.	10 - Saúde	128 - Formação de Recursos Humanos	6.000,00
	A019 - Realizar a manutenção predial das unidades de saúde e áreas de apoio.	10 - Saúde	301 - Atenção Básica	10.000,00
	A020 - Manutenção das Atividades relativas a Gestão da Saúde	10 - Saúde	301 - Atenção Básica	1.780.000,00
0520 - Atenção Básica	A021 - Manutenção da Frota de Veículos	10 - Saúde	301 - Atenção Básica	200.000,00
	A022 - Implantação e Manutenção dos Programas de Saúde	10 - Saúde	301 - Atenção Básica	2.200.000,00
	A023 - Garantir a Assistência Farmacêutica.	10 - Saúde	303 - Suporte Profilático e Terapêutico	550.000,00
	A024 - Garantir a Assistência em Saúde Bucal.	10 - Saúde	301 - Atenção Básica	250.000,00
0530 - Atenção Especializada em Saúde	A025 - Implantação e Manutenção de Serviços Especializados em Saúde.	10 - Saúde	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.200.000,00
	A026 - Manutenção das Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental	10 - Saúde	305 - Vigilância Epidemiológica	130.000,00
	A027 - Manutenção das Ações de vigilância Sanitária.	10 - Saúde	304 - Vigilância sanitária	130.000,00
	A028 - Manutenção das Ações de Saúde do Trabalhador.	10 - Saúde	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.000,00
0550 - Conselho Tutelar Ativo	A030 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	08 - Assistência Social	243 - Assist. a Criança e ao Adolescente	180.000,00
	A031 - Manutenção das Atividades do SUAS	08 - Assistência Social	122 - Administração Geral	450.000,00
	A032 - Manutenção dos Benefícios Eventuais	08 - Assistência Social	244 - Assistência Comunitária	30.000,00
	A033 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social	08 - Assistência Social	244 - Assistência Comunitária	1.000,00
0560 - Gestão do Sistema Único de Assistência Social	A034 - Manutenção e Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	08 - Assistência Social	122 - Administração Geral	35.000,00
	A035 - Promover Capacitação e Qualificação Profissional	08 - Assistência Social	128 - Formação de Recursos Humanos	2.000,00
	A036 - Serviços de proteção e atendimento integral às famílias - PAIF	08 - Assistência Social	244 - Assistência Comunitária	70.000,00
	A037 - Manutenção e aprimoramento na oferta das atividades do FEAS	08 - Assistência Social	244 - Assistência Comunitária	8.000,00
0570 - Proteção Social Básica	A038 - Serviços de Convivência e Fortalecimento de vínculos - SCFV	08 - Assistência Social	244 - Assistência Comunitária	85.000,00
	A039 - Acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto	08 - Assistência Social		
0580 - Proteção Social Especial de Média Complexidade	A040 - Oferta de serviços para Pessoas com Deficiência	08 - Assistência Social	243 - Assist. a Criança e ao Adolescente	1.000,00
0590 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade	A041 - Serviços de acolhimento	08 - Assistência Social	242 - Assistência ao Portador de Deficiência	200.000,00
	A042 - Manutenção do COMDICA E FMDCA	08 - Assistência Social	244 - Assistência Comunitária	300.000,00
0595 - COMDICA E FMDCA EM AÇÃO	A043 - Gestão da Educação Infantil	12 - Educação	365 - Educação Infantil	2.000,00
	A044 - Implementação da Inclusão Digital	12 - Educação	365 - Educação Infantil	2.400.000,00
	A045 - Ampliação e Atualização de Acervos Bibliográficos	12 - Educação	365 - Educação Infantil	10.000,00
	A046 - Ofertar Serviços Educacionais	12 - Educação	365 - Educação Infantil	1.500,00
0610 - Primeiros passos na Educação	A047 - Aquisição de materiais de apoio pedagógico	12 - Educação	365 - Educação Infantil	12.000,00
	A048 - Gestão do Ensino Fundamental	12 - Educação	365 - Educação Infantil	25.000,00
0620 - Educação, Transformação e Inovação	P005 - Construção, Ampliação, Reforma e Adequação de Escola de Ensino Fundamental	12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	2.900.000,00
				500.000,00

	A049 - Implementação da Inclusão Digital	12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	10.000,00
	A050 - Ampliação e atualização de acervos bibliográficos.	12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	2.800,00
	A051 - Ofertar Serviços Educacionais	12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	10.000,00
	A052 - Aquisição de materiais de apoio pedagógico	12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	196.000,00
0630 - Valorizar e Incentivar	A053 - Formação Continuada para os Docentes	12 - Educação	128 - Formação de Recursos Humanos	30.000,00
	A054 - Formação Continuada para Servidores Públicos	12 - Educação	128 - Formação de Recursos Humanos	1.500,00
0640 - Nutrir o Saber	A055 - Ofertar merenda escolar de qualidade e valores nutricionais equilibrados.	12 - Educação	306 - Alimentação e Nutrição	380.000,00
	A056 - Atividades e oficinas de cunho nutricional	12 - Educação	306 - Alimentação e Nutrição	2.500,00
	A057 - Gestão da Merenda Escolar	12 - Educação	122 - Administração Geral	200.000,00
0650 - Caminhos da Escola	A058 - Manutenção do Transporte Escolar da Educação Infantil	12 - Educação	365 - Educação Infantil	300.000,00
	A059 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	900.000,00
	A060 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio	12 - Educação	362 - Ensino Médio	160.000,00
	A061 - Manutenção dos Veículos Escolares	12 - Educação	368 - Educação Básica	210.000,00
0660 - Uma escola para novos horizontes	OE001 - Apoio aos Estudantes Universitários	12 - Educação	364 - Ensino Superior	100.000,00
0670 - Juntos em Movimento	A062 - Gestão do Desporto	27 - Desporto e Lazer	122 - Administração Geral	100.000,00
	A063 - Constituir propostas desportivas, coordenadas e qualificadas para a prática do esporte e de atividades físicas	27 - Desporto e Lazer	812 - Desporto Comunitário	15.000,00
	P008 - Parques, complexos desportivos construídos, reformados e adequados.	27 - Desporto e Lazer	812 - Desporto Comunitário	40.000,00
	A064 - Parcerias com entidades para o desenvolvimento do esporte.	27 - Desporto e Lazer	812 - Desporto Comunitário	20.000,00
	OE002 - Apoio à entidades para o desenvolvimento do esporte e lazer.	27 - Desporto e Lazer	812 - Desporto Comunitário	150.000,00
0710 - Gestão de Obras, Serviços Públicos e Trânsito	A065 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria de Obras, Trânsito e Saneamento			
	A066 - Manutenção e Conservação da Frota de Veículos e Máquinas	04 - Administração	122 - Administração Geral	1.700.000,00
	A067 - Manutenção do Complexo de Brigagem	26 - Transporte	782 - Transporte Rodoviário	650.000,00
	A068 - Manutenção de Espaços Físicos e Parque de Máquina, inclusive mobiliário	26 - Transporte	782 - Transporte Rodoviário	200.000,00
	P010 - Ampliação de Espaços Físicos e Parque de Máquina, inclusive mobiliário	04 - Administração	122 - Administração Geral	15.000,00
	P011 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos Rodoviários	04 - Administração	122 - Administração Geral	30.000,00
0720 - Saneamento Básico e Sustentável	A069 - Manutenção de Sistemas de Abastecimento de Água	26 - Transporte	782 - Transporte Rodoviário	1.000.000,00
	P012 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	17 - Saneamento	511 - Saneamento Básico Rural	20.000,00
	P013 - Implantação de Redes de Esgoto pluviais e cloacais	17 - Saneamento	511 - Saneamento Básico Rural	50.000,00
0730 - Desenvolvimento da malha viária urbana	A072 - Manutenção da Malha Viária e Passeios Públicos	15 - Urbanismo	512 - Saneamento Básico Urbano	10.000,00
	P015 - Abertura, Prolongamento, Pavimentação e Reforma de Vias Urbanas e Passeios Públicos	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura Urbana	150.000,00
	A073 - Sinalização Vertical de Vias Urbanas	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura Urbana	500.000,00
	A074 - Sinalização Horizontal de Vias Urbanas	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura Urbana	10.000,00
	A075 - Manutenção de Ciclovias e Ciclo Faixas	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura Urbana	30.000,00
0740 - Iluminação Para Todos	A076 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura Urbana	30.000,00
	P018 - Aquisição de Equipamentos e Execução de Melhorias na Rede de Iluminação Pública	15 - Urbanismo	452 - Serviços Urbanos	600.000,00
0750 - PPI - Programa de Pavimentação do Interior	P019 - Pavimentação de Estradas Municipais	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura Urbana	200.000,00
	A077 - Manutenção, Conservação e Restauração de Estradas Municipais	26 - Transporte	782 - Transporte Rodoviário	1.500.000,00
	A078 - Sinalização Vertical de Linhas e Comunidades do Interior	26 - Transporte	782 - Transporte Rodoviário	1.250.000,00
	A079 - Sinalização Horizontal de Linhas e Comunidades do Interior	23 - Comércio e Serviços	695 - Turismo	5.000,00
	P020 - Construção de Bueiros, Sarjetas e Drenagens	23 - Comércio e Serviços	695 - Turismo	10.000,00
0760 - Conservando o Patrimônio Público	A080 - Manutenção e Conservação de Pontes	17 - Saneamento	512 - Saneamento Básico Urbano	10.000,00
	A081 - Manutenção e Conservação dos Edifícios Públicos	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura Urbana	20.000,00
	P022 - Reforma de Edifícios Públicos	04 - Administração	122 - Administração Geral	60.000,00
	A082 - Implantação e Atualização dos PCIs dos Edifícios Públicos	04 - Administração	122 - Administração Geral	50.000,00
	P023 - Acessibilidade dos Edifícios Públicos	04 - Administração	122 - Administração Geral	30.000,00
	P024 - Ampliação, remodelação, reforma e melhoria no Cemitério Municipal	04 - Administração	122 - Administração Geral	30.000,00
0770 - Caminhos do Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana	A083 - Apoio à Infraestrutura Urbana	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura Urbana	250.000,00
0810 - Desenvolvimento Econômico e Sustentável	A084 - Fomentar a Agricultura do Município	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura Urbana	10.000,00
	A085 - Assistência Técnica e Prestação de Serviços aos Produtores Rurais	20 - Agricultura	608 - Promoção da Produção Agropecuária	350.000,00
	A086 - Incentivo à Agroindústrias, Associações e Conselhos de Desenvolvimento	20 - Agricultura	606 - Extensão Rural	85.000,00
	A087 - Incentivo à Irrigação	20 - Agricultura	608 - Promoção da Produção Agropecuária	6.000,00
	A088 - Realização do Programa Troca-Troca de Sementes	20 - Agricultura	607 - Irrigação	5.000,00
		20 - Agricultura	608 - Promoção da Produção Agropecuária	80.000,00



0820 - Desenvolvimento e Manutenção da Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio	A089 - Fomentar à Indústria e Comércio do Município			
	A090 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio	22 - Indústria	661 - Promoção Industrial	5.000,00
	P025 - Renovação da Frota de Máquinas, Veículos e Equipamentos.	20 - Agricultura	122 - Administração Geral	860.000,00
	A091 - Manutenção da Frota	20 - Agricultura	608 - Promoção da Produção Agropecuária	200.000,00
0830 - Sanidade Animal e Segurança Alimentar	A092 - Capacitação e Treinamento de Servidores	20 - Agricultura	608 - Promoção da Produção Agropecuária	800.000,00
	A093 - Incentivo ao Desenvolvimento de Empreendedores	20 - Agricultura	128 - Formação de Recursos Humanos	3.000,00
	A094 - Combate a Brucelose e Demais Zoonoses	23 - Comércio e Serviços	691 - Promoção Comercial	3.000,00
0950 - Controle da natalidade de cães e gatos no município	A095 - Manutenção do SIM e SUSAF e Estruturação e Implementação do SISI	20 - Agricultura	609 - Defesa Agropecuária	2.000,00
	A112 - Realização de procedimentos de contracepção cirúrgica de cães e gatos	20 - Agricultura	608 - Promoção da Produção Agropecuária	2.000,00
0840 - Gestão e Educação Ambiental	A096 - Implantação Gradativa de Plano de Arborização Urbana e Rural	20 - Agricultura	304 - Vigilância sanitária	20.000,00
	A097 - Manutenção do Departamento do Meio Ambiente	18 - Gestão Ambiental	541 - Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00
	A098 - Capacitação e Treinamento de Servidores	18 - Gestão Ambiental	122 - Administração Geral	60.000,00
	A099 - Proteção e Sustentabilidade do Meio Ambiente	18 - Gestão Ambiental	128 - Formação de Recursos Humanos	2.000,00
	A100 - Implantação de Lixeiras e Contêineres Coletivos Urbanos e Rurais	17 - Saneamento	541 - Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00
	A101 - Limpeza Urbana	15 - Urbanismo	512 - Saneamento Básico Urbano	40.000,00
	A102 - Manutenção dos Serviços de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos	17 - Saneamento	452 - Serviços Urbanos	300.000,00
0910 - Gestão do Turismo e Cultura	A103 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Turismo e Cultura	04 - Administração	512 - Saneamento Básico Urbano	400.000,00
	P026 - Melhorar a Infraestrutura de Pontos Turísticos	23 - Comércio e Serviços	122 - Administração Geral	340.000,00
0920 - A Hora do Turismo	A104 - Qualificação e Promoção do Turismo Local	23 - Comércio e Serviços	695 - Turismo	50.000,00
	P029 - Pavimentação da Roda Turística Águas e Vales	26 - Transporte	782 - Transporte Rodoviário	15.000,00
	P030 - Implantação, Ampliação e Melhorar de Praças, Parques e Jardins Públicos	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura Urbana	350.000,00
	A105 - Paisagismo, Sinalização e manutenção de atrativos turísticos, praças, parques e jardins	23 - Comércio e Serviços	695 - Turismo	50.000,00
	P027 - Construção de Portico	13 - Cultura	392 - Difusão Cultural	30.000,00
	A106 - Realização e Divulgação de Festas e eventos Municipais	13 - Cultura	392 - Difusão Cultural	150.000,00
	OE003 - Auxílio a Entidades Culturais	13 - Cultura	392 - Difusão Cultural	25.000,00
0930 - Mais Cultura	A107 - Manutenção e Melhorias na Casa da Cultura, Museu, Biblioteca e Anfiteatro	13 - Cultura	392 - Difusão Cultural	220.000,00
	A108 - Manutenção e Ampliação de Grupos Municipais	13 - Cultura	392 - Difusão Cultural	30.000,00
	P073 - Construção do Centro de Eventos	13 - Cultura	392 - Difusão Cultural	160.000,00
	OE004 - Amortização e Juros da Dívida Pública do Executivo com Financiamentos	28 - Encargos Especiais	392 - Difusão Cultural	200.000,00
	OE005 - Restituições de Saldos de Transferências Recebidas da União e Estado	28 - Encargos Especiais	843 - Serviços da Dívida Interna	750.000,00
	OE006 - Contribuição para Formação do PASEP	28 - Encargos Especiais	845 - Outras Transferências	2.000,00
	OE007 - Ações Judiciais do Executivo Municipal	28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais	400.000,00
0000 - Encargos Especiais - Ações Não Integrantes do PPA	OE008 - Pagamento de Inativos e Pensionistas - Rec. Próprio	28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais	500.000,00
	OE999 - Reserva de Contingência do Executivo	99 - Reserva de Contingência	846 - Outros Encargos Especiais	65.000,00
			999 - Reserva de Contingência	376.000,00
				37.319.300,00